

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 37

QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1972

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1972 (CN), "QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MILITARES E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS", QUE SE REPUBLICAM POR TEREM SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN (SEÇÃO II), DE 30-5-72.

EMENDA Nº 3

Ao art. 21, 1:

Acrescente-se in fine, o seguinte:

"; de Medicina, de Odontologia, de Farmácia e de Veterinária."

Justificação

Os militares oriundos do Instituto Militar de Engenharia, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e aqueles que dispõem o art. 172, desta Lei, frequentaram um curso regular de graduação de engenheiros, equiparados, portanto, aos diversos cursos universitários de graduação, tais como, me-

dicina, odontologia, farmácia e veterinária.

Assim sendo, fazem jus a este percentual, todos aqueles profissionais de Nível Universitário que trabalham nas diversas organizações dos Serviços de Saúde das Forças Armadas, por equidade com aqueles que frequentaram cursos universitários civis inclusos no art. 172 e aqueles que ingressaram no Instituto Militar de Engenharia ou no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, cursos estes também equiparados aos demais cursos de engenharia das Universidades Federais.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1972. — Senador Milton Trindade.

EMENDA Nº 5

Ao art. 21, 3

Onde se lê "Cursos: de Aperfeiçoamento; de Assuntos Básicos da Escola de Guerra Naval, ou equivalentes;"

Leia-se: "Cursos ou Estágio de Aperfeiçoamento; de Assuntos Básicos da Escola de Guerra Naval, ou equivalentes."

Justificação

Existem organizações e Unidades Universitárias que ministram cursos de pós-graduação para o mestrado, doutoramento e especialização, além dos estágios com finalidades de aperfeiçoamento numa determinada disciplina que na vida prática do profissional se constituirá numa especialidade. Esses cursos ou estágios variam geralmente de dois a quatro períodos letivos, isto é, de um a dois anos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1972. — Senador Milton Trindade.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº 12, de 1972

Suspende, em parte, a execução do art. 9.º do Decreto-lei nº 61, de 5 de agosto de 1969, do Estado de Pernambuco.

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 25 de agosto de 1971, nos autos da Representação nº 858, do Estado de Pernambuco, a execução, no caput do art. 9.º do Decreto-lei nº 61, de 5 de agosto de 1969, daquele Estado, da cláusula de percepção de vencimentos integrais por Promotores Públicos postos em disponibilidade, em virtude da extinção de comarcas, operada pelo citado Decreto-lei.

Senado Federal, em 30 de maio de 1972. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos de art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº 13, de 1972

Suspende a execução do § 2.º do art. 117, da Constituição de 1967 do Estado de Minas Gerais.

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 25 de novembro de 1971, nos autos da Representação nº 840, do Estado de Minas Gerais, a execução do § 2.º do art. 117, da Constituição de 1967 daquele Estado.

Senado Federal, em 30 de maio de 1972. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso VIII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 29, de 1972

Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1970.

Art. 1.º São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1970, com ressalvas aos valores lançados à conta de "Diversos Responsáveis", dependentes de verificação final do Tribunal de Contas da União.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de maio de 1972. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

EXPEDIENTE**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície:**

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

SUMÁRIO DA ATA DA 41.^a SESSÃO, EM 30 DE MAIO DE 1972**1 — ABERTURA****2 — EXPEDIENTE****2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República**

— Agradecendo remessa de autógrafos de Decreto Legislativo:

N.º 95/72 (n.º 130/72, na origem), referente ao Decreto Legislativo n.º 23, de 1972, que "aprova as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 1963";

N.º 96/72 (n.º 131/72, na origem), referente ao Decreto Legislativo n.º 25, de 1972, que "aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1962";

N.º 97/72 (n.º 132/72, na origem), referente ao Decreto Legislativo n.º 26, de 1972, que "aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.213, de 6 de abril de 1972";

N.º 98/72 (n.º 133/72, na origem), referente ao Decreto Legislativo n.º 27, de 1972, que "aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.207, de 7 de fevereiro de 1972";

N.º 99/72 (n.º 134/72, na origem), referente ao Decreto Legislativo n.º 28, de 1972, que "aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.208, de 28 de fevereiro de 1972".

2.2 — Ofício

Do Sr. Diretor-Geral da TV Rádio Nacional de Brasília, convidando os Srs. Senadores para as solenidades de inauguração de suas programações para a Amazônia e para o Exterior.

2.3 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

Projeto de Resolução n.º 11, de 1972, que suspende a execução da Lei n.º 1.420, de 7 de dezembro de 1955, do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos de decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 21 de novembro de 1958. (Redação final.)

2.4 — Discursos do expediente

SENADOR RUY CARNEIRO — Agradecimento às demonstrações de apreço e amizade prestadas a S. Ex.^a no Senado, na oportunidade das homenagens tributadas a S. Ex.^a no Estado da Paraíba, quando da inauguração da Avenida Senador Ruy Carneiro, em João Pessoa.

3 — ORDEM DO DIA

Requerimento n.º 21/72, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, solicitando a transcrição, nos Anais do

Senado Federal, da biografia do Professor Francisco Pinheiro Guimarães, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 28 de novembro de 1971, sob o título "Um exemplo aos brasileiros". **Aprovado**.

Projeto de Lei da Câmara n.º 2/72 (n.º 547-B/72, na origem), que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica, e dá outras providências. **Aprovado**, à sanção.

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Redivisão territorial do País.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Pronunciamento do Ministro Pratini de Moraes quando do encerramento das comemorações do Centenário da Associação Comercial de Sergipe.

SENADOR FRANCO MONTORO — Necessidade de integral cumprimento das disposições das leis trabalhistas a todas as pessoas que prestem serviços à administração pública centralizada ou autárquica, sempre que não estiverem amparadas pelo Estatuto dos Servidores Públicos.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Trabalhos realizados pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Construção da ligação rodoviária denominada "Grande ípsilon, em Teresina, Estado do Piauí, como alternativa mais econômica para a ligação direta de Brasília com todas as capitais do Nordeste.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Informações distorcidas sobre a administração do Governo de Goiás, publicadas no **Jornal O Estado de São Paulo**. Lê sobre o assunto o editorial do jornal **O Popular**, intitulado "Denúncia contestada".

SENADOR AUGUSTO FRANCO — Comemorações do Centenário da Associação Comercial de Sergipe.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

6 — Transcrição

Biografia do Professor Francisco Pinheiro Guimarães, publicada no **Jornal do Brasil**, sob o título "Um exemplo aos brasileiros".

7 — Ato do Presidente do Senado Federal

8 — Composição das Comissões Permanentes

ATA DA 41.ª SESSÃO EM 30 DE MAIO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA, CARLOS LINDENBERG
E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Adalberto Sena — Geraldo Mes-
quita — Flávio Britto — Cattete
Pinheiro — Renato Franco —
Clodomir Milet — Fausto Castello-
Branco — Petrónio Portella —
Helvídio Nunes — Virgílio Távora
— Waldemar Alcântara — Wilson
Gonçalves — Duarte Filho — Ruy
Carneiro — João Cleofas — Luiz
Cavalcante — Augusto Franco —
Leandro Maciel — Lourival Bap-
tista — Ruy Santos — Carlos Lin-
denberg — Eurico Rezende —
Amaral Peixoto — José Augusto
— Carvalho Pinto — Benedito
Ferreira — Osires Teixeira —
Fernando Corrêa — Filinto Müller
— Saldanha Derzi — Mattos Leão
— Ney Braga — Antônio Carlos
— Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Por-
tella) — A lista de presença acusa o
comparecimento de 35 Srs. Senadores.
Havendo número regimental declarado
aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à
leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecendo remessa de autógrafos
de Decreto Legislativo:

- N.º 95/72 (n.º 130/72, na origem),
referente ao Decreto Legislativo
n.º 23, de 1972, que "aprova as
contas do Presidente da Repúbli-
ca relativas ao exercício de
1963";
- N.º 96/72 (n.º 131/72, na origem),
referente ao Decreto Legislativo
n.º 25, de 1972, que "aprova as
contas do Presidente da Repúbli-
ca, relativas ao exercício de
1962";
- N.º 97/72 (n.º 132/72, na origem),
referente ao Decreto Legislativo
n.º 26, de 1972, que "aprova o
texto do Decreto-lei n.º 1.213, de
6 de abril de 1972";
- N.º 98/72 (n.º 133/72, na origem),
referente ao Decreto Legislativo
n.º 27, de 1972, que "aprova o
texto do Decreto-lei n.º 1.207, de
7 de fevereiro de 1972";

— N.º 99/72 (n.º 134/72, na origem),
referente ao Decreto Legislativo
n.º 28, de 1972, que "aprova o
texto do Decreto-lei n.º 1.208, de
28 de fevereiro de 1972".

OFÍCIO

Do Sr. Diretor-Geral da TV Rádio
Nacional de Brasília, nos seguintes
termos:

Of. N.º 281-DG/72

Brasília, 29 de maio de 1972

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de participar a
V. Ex.ª, em nome do Sr. Superinten-
dente das Empresas Incorporadas ao
Patrimônio Nacional e em meu pró-
prio, que no próximo dia 31 do cor-
rente mês, a Rádio Nacional de Bra-
sília, órgão da SEIPN, da jurisdição
do Ministério da Fazenda, fará inau-
gurar suas programações para a Ama-
zônia e para o Exterior, atos de gran-
de importância no campo da radio-
difusão brasileira e para cuja soleni-
dade, de acordo com a programação
em anexo, honra-me sobremodo con-
vidar V. Ex.ª e seus pares.

Antecipando os meus agradecimen-
tos, aproveito esta oportunidade para
reiterar a V. Ex.ª os meus protestos
de elevada consideração e distingui-
do apreço. — TV Rádio Nacional de
Brasília — Américo Fernandes de
Souza Neto, Diretor-Geral.

Ex.º Sr.

Senador PETRÔNIO PORTELLA
DD. Presidente do Congresso Nacional
NESTA

PROGRAMA

Superintendência das Empresas
Incorporadas ao Patrimônio Nacional
TV RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA
Evento:

Lançamento da programação espe-
cífica e contínua para a Amazônia,
em 31 e 49 metros (9.665 e 6.065
KHZ), e para a Europa Ocidental
(eixo — Birmingham), em Inglês, na
sua fase experimental para aferição,
em 19 e 25 metros (15.445 e 11.720
KHZ).

Data:

31 de maio de 1972.

Horário:

09:00/09:40h — Visita aos trans-
missores e sistemas irradiantes, no
S.I.A.

09:40/10:30h — Visita à Sede pro-
visória da TVRNB, em obras, na Av.
W-3.

11:00h — Lançamento da progra-
mação para o Exterior, diretamente
do setor de radiodifusão do Congres-
so Nacional.

11:30h — Lançamento da progra-
mação para a Amazônia, diretamente
do setor de radiodifusão do Congres-
so Nacional.

12:00h — "Cock-tail" no local.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PARECER

N.º 122, DE 1972

Redação final do Projeto de
Resolução n.º 11, de 1972.

Relator: Sr. José Augusto.

A Comissão apresenta a redação
final do Projeto de Resolução n.º 11,
de 1972, que suspende a execução da
Lei n.º 1.420, de 7 de dezembro de
1955, do Estado do Rio Grande do
Norte, nos termos de decisão do Su-
premo Tribunal Federal proferida aos
21 de novembro de 1958.

Sala das Sessões, em 30 de maio
de 1972. — Antônio Carlos, Presiden-
te — José Augusto, Relator — Adal-
berto Sena.

ANEXO AO PARECER

N.º 122, DE 1972

Redação final do Projeto de
Resolução n.º 11, de 1972.

Faço saber que o Senado Federal
aprovou, nos termos do art. 42, in-
ciso VII, da Constituição, e eu, —
Presidente, promulgo a
seguinte.

RESOLUÇÃO

N.º , de 1972

Suspende, por inconstitucional-
idade, a execução da Lei n.º
1.420, de 7 de dezembro de 1955,
do Estado do Rio Grande do
Norte.

O Senado Federal resolve:

Art. único. É suspensa, por incons-
titucionalidade, nos termos da deci-
são definitiva proferida pelo Supremo
Tribunal Federal, em 21 de novembro
de 1958, nos autos do Recurso Ex-
traordinário n.º 34.240, do Estado do
Rio Grande do Norte, a execução da
Lei n.º 1.420, de 7 de dezembro de
1955, daquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Por-
tella) — O expediente lido será pu-
blicado.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sena-
dor Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO — (Sem re-
visão do orador.) Sr. Presidente, Srs.
Senadores: Grande tem sido o meu
esforço para controlar as emoções que
tenho experimentado neste mês de
maio. Graças a Deus, o sentimento de
humildade que Ele me concedeu me
tem ajudado a lutar, a sofrer e a ven-
cer.

Minhas emoções começaram, Sr.
Presidente e Srs. Senadores, nos pri-
meiros dias de maio, quando recebi
telegrama do meu eminente adversá-
rio, mas grande amigo, o Ministro Er-
nani Sátiro, que atualmente governa
o Estado da Paraíba, e do seu jovem
Prefeito Dorgival Terceiro Neto, em
que me participavam a conclusão e
a inauguração de uma avenida em

João Pessoa, com meu humilde nome obra que havia sido iniciada há 8 anos, e, ao mesmo tempo, me formulavam amável convite para que estivesse presente àquela homenagem.

Aceitei o convite honroso e lá na noite de 13 de maio fui alvo de homenagem inédita na minha vida pública.

Recebido em Recife pelo Prefeito da Capital paraibana, Dorgival Terceiro Neto, tinha assim, a primeira demonstração de apreço por parte do Governo do meu Estado.

Por princípios pessoais, sempre fui contrário a que se desse nome de pessoas vivas, e sobretudo como eu, em atividades partidárias. Daí, a razão porque, quando o ex-Prefeito de João Pessoa, Dr. Domingos Mendonça Neto, recém-eleito numa campanha eleitoral difícil, cheio de entusiasmo ao assumir o posto me informou haver iniciado uma Avenida que teria o meu nome, lhe passei um telegrama dando as razões em forma de apelo para que encerrasse o assunto, colocando na artéria iniciada o nome de paraibanos ilustres desaparecidos e não obtendo resposta fiz-lhe uma carta e por fim, pessoalmente, debati com ele o assunto, sem resultado.

Nunca mais ouvi falar da avenida após o afastamento do Dr. Domingos Mendonça, da Prefeitura. Em 1971, soube que o Prefeito Damásio Franca que realizou muitas obras na Capital tentava concluí-la. Agora porém no Governo do Ministro Ernani Sátiro, fui informado de ter sido aquela via concluída pelo jovem e operoso Prefeito Dorgival Terceiro Neto, que sem favor vem realizando com dinamismo boa administração, com realizações que surpreendem os habitantes da capital, dada a precariedade dos recursos de que dispõe.

A propósito da minha recusa a que fosse dado o meu nome à Avenida, desejo que o Senado conheça o teor de um telegrama que o ex-Prefeito Domingos Mendonça Neto acaba de transmitir-me em virtude das referências que lhe fiz ao responder os discursos do brilhante Jornalista José Otávio que me saudou no ato da inauguração em nome dos habitantes daquela nova via pública e também do Prefeito Dorgival Terceiro Neto, quando relatei a história acima descrita.

Isto pelas referências que lhe fiz como justa e merecida homenagem, porque fora ele, na sua teimosia, que me permitia, nesta altura da minha vida pública, com raízes no tempo, receber tão grande e inédita homenagem.

Sr. Presidente, V. Ex.^a foi Governador do seu Estado, e aqui temos muitos Srs. Senadores, como o nosso Primeiro-Secretário e outros, que já foram Governadores e sabem perfeitamente que, se o dirigente do Estado

insinuar aos seus amigos e correligionários, ele terá ruas, avenidas, pontes, estradas com seu nome. Depende da insinuação, direta ou através de amigos. Nunca o fiz. Se um dia após a minha morte alguém se lembrasse do velho escravo da Paraíba e dos paraibanos aí caberia a homenagem.

Mas, vou ler o telegrama que o ex-Prefeito me passou, a propósito das referências que lhe fiz no palanque onde se achavam as autoridades realizando a inauguração:

"Agradeço emocionado sua corajosa atitude lembrando meu nome como iniciador Avenida quando discurso festa inauguração. Na desobediência sua vontade e chefia considero apenas fiz grande justiça. Confirmei imortalidade seu nome no reconhecimento todos paraibanos abraços Domingos (Domingos Mendonça Neto.)"

Sr. Presidente Srs. Senadores, perante meus pares que me merecem respeito e consideração, e a todo o Brasil que me ouvirá através da Radiodifusão, órgão que leva para todos os recantos do País o que aqui fazemos, fiz a leitura desse documento como ratificação e para testemunhar a verdade das minhas afirmações da recusa daquela alta distinção.

Recebi, Sr. Presidente Srs. Senadores, outras demonstrações de estima e consideração, dentre as quais quero destacar a do notável e talentoso Jornalista paraibano Hélio Zenaide que no jornal *O Norte* dedicou uma página inteira, se ocupando da minha vida e atuação fazendo assim a minha biografia. Também o brilhante jornalista e conceituado Advogado Dr. Antonio Dias de Freitas, escreveu no diário *Correio da Paraíba* de 3 de maio uma crônica: "Ao Mérito", 10 dias antes da tocante homenagem que recebi na adorável e acolhedora João Pessoa.

Todos esses fatos são para o meu coração altamente cativantes e concorrem para esse estado de emotividade que nas últimas semanas venho atravessando.

Quando aqui regresssei de João Pessoa ainda com a sensibilidade abalada, o boníssimo companheiro Adalberto Sena achou por bem, na sua infinita bondade, prestar a homenagem de que o Senado foi testemunha.

O motivo da minha presença hoje nesta Tribuna é para formular agradecimento à bondade ilimitada do eminente representante do Estado do Acre, do nosso bravo companheiro de bancada e meu dileto amigo, Senador Adalberto Sena, que tocado de entusiasmo pelos acontecimentos verificados na minha idolatrada Paraíba, na noite de 13 de maio último, divulgado amplamente pela imprensa da Paraíba e Pernambuco, resolveu na sessão de 18 do corrente tecer comentários acerca da homenagem que rece-

bi, e exaltar o gesto democrático do eminente Governador Ernani Sátiro e do operoso Prefeito de João Pessoa, Doutor Dorgival Terceiro Neto, com a solidariedade tocante da população da capital.

Como já foi aludido essa distinção dos dirigentes da Paraíba foi traduzida pela colocação do meu humilde nome numa avenida daquela acolhedora e simpática cidade.

O que a imprensa divulgou na sua extrema benevolência em torno do acontecimento inédito na minha vida pública, tocou à sensibilidade do Senador Adalberto Sena, fazendo-o trazer ao plenário em relato amparado pela sua privilegiada inteligência envolta num mundo de bondade, conduzido pela voz do seu coração.

Essa atitude magnânima do nosso colega, levou vários dos ilustres Senadores presentes àquela, para mim, memorável sessão, a manifestações de apoio cheio dessa fraternidade muito comum aos que, com assento nesta Casa, honram os Estados que representam e engrandecem o Brasil.

Começou pelo meu velho amigo o representante das Alagoas, Senador Arnon de Mello, cujas vibrações nordestinas lhes impuseram mais de uma intervenção; Benjamim Farah companheiro de bancada, que sempre expressa nas suas referências a modesta atuação do colega paraibano em termos *enteneceadores*; Ruy Santos em duas delicadas intervenções, falando a alma encantadora da Bahia, me comoveu ao evocar os idos de 1934, as nossas posições políticas sempre em campos opostos sem que jamais fossem atingidos os laços de amizade; Nelson Carneiro meu brilhante e equilibrado líder, que com a sua autoridade exaltou a conduta do Ministro Ernani Sátiro integrante da ARENA, como governador da Paraíba homenageara um homem público da Oposição, destacando: "É um gesto que não há de escapar ao reconhecimento e ao nosso aplauso"; Wilson Campos valoroso e atuante representante do Leão do Norte que na sua exaltação afetiva muito da nossa gente, extravasou em delicadeza embora adversário, toda a solidariedade que irmãana Pernambuco e Paraíba; Milton Cabral, nascido na Rainha da Borburema, a admirável Campina Grande, filho do meu saudoso amigo Severino Cabral, me proporcionou profunda emoção, nos conceitos generosos que não me surpreenderam pela sua proclamada superioridade, mas pelo pronunciamento sem paixão partidária e que me ungiram as suas palavras afetivas como bálsamo suavizador das agruras que acompanham a vida dos que militam na política desde a juventude; Daniel Krieger, o preclaro homem público brasileiro, combativo e generoso, nos conceitos tecidos ao seu amigo paraibano, fez

transbordar largamente, que encarna no Senado Federal a magestade, a bravura e a generosidade do povo gaúcho; Guido Mondim, poeta, pintor e político, juntou esse punhado de virtudes com que Deus o brindou para solidarizar-se com o discurso do Senador Adalberto Sena, colocando o coração nos lábios e mostrando na beleza do seu aparte, referido de sinceridade que caracteriza os homens da sua estirpe, estarem os colegas da Mesa Diretora que com tanta honra integro neste momento, solidários com o apreço que a Casa através daquelas manifestações votava, expressando ao modesto representante, da Paraíba; Danton Jobim, jornalista brilhante, valente e portador do indispensável controle dos fortes, nas horas das decisões, hoje Senador da República, meu velho e querido amigo da linda Guanabara, apresentou ao Plenário um depoimento, no seu magistral aparte ao Senador Adalberto Sena, do que viu, sentiu e assistiu na Paraíba a meu respeito, por ocasião da recente visita realizada a João Pessoa, e finalmente a voz eloquente do Pará, através do seu eminente representante, o Senador Cattete Pinheiro, ex-Ministro da Saúde, médico ilustre, e que, embora nos tenhamos conhecido pessoalmente no convívio do Senado, trouxe, com muita honra para mim, a sua solidariedade à homenagem que me promovia o Senador do Acre, salientando na sua lhanza de julgamento que a distinção a mim conferida, "principalmente nestes dias, é mais a manifestação daquela gente brava do Nordeste, mostrando que aos homens públicos, aos cidadãos, quando procuram tomar o caminho da dignidade, da honra à Pátria, as homenagens chegarão sempre em quaisquer dias, porque, acima de todos os sentimentos, há de pairar sempre no coração dos homens o reconhecimento para com todos aqueles que sabem dedicar, como o homenageado, sua vida ao bem e ao serviço da Pátria."

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. José Sarney — Nobre Senador Ruy Carneiro, não tive o prazer de estar presente à sessão a que V. Ex.^a se referiu no seu discurso, mas, mesmo como retardatário, não posso deixar de também prestar-lhe a homenagem do amigo e a do Senador pelo Estado do Maranhão. Assim fazendo, acho que expresseo o pensamento de toda a nossa Bancada. Nem o Senado e nem o Governador da Paraíba fizeram qualquer favor a V. Ex.^a nas homenagens que lhe foram prestadas; fizeram, sim, justiça ao excelente homem público que é, ao companheiro leal, ao cidadão

exemplar que todos temos a honra de ter como companheiro nesta Casa.

O Sr. Amaral Peixoto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Um momento, nobre Senador. Quero, primeiro, agradecer ao ilustre representante do Maranhão, Senador José Sarney, as palavras que pronunciou cheias de bondade, em nome da terra de Gonçalves Dias.

S. Ex.^a não é retardatário; apenas como outros colegas também ilustres, não estava presente à homenagem. Mas, considero que todos — porque, graças a Deus, sou amigo de todos, há espírito de fraternidade nesta Casa — Todos os que fazem parte do Senado Federal, generosamente, estavam de acordo, aplaudiram, ou aplaudiriam, se aqui estivessem, a homenagem do nobre Senador Adalberto Sena.

Com muito prazer, Senador Ernâni do Amaral Peixoto, ouço o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Amaral Peixoto — Senador somente pelas razões invocadas pelo Senador Sarney o meu nome ficou fora dessa lista que V. Ex.^a acabou de ler. No dia em que V. Ex.^a foi homenageado, por iniciativa do nosso ilustre colega Senador Adalberto Sena, cheguei tarde ao Senado. Mas sou obrigado a dizer aqui o que já é do conhecimento de todos: em companhia de V. Ex.^a, viajei pelo interior da Paraíba, como Ministro da Viação e Obras Públicas; fomos inaugurar melhoramentos em vários municípios do Estado. Em todos eles, encontrei as marcas da administração de V. Ex.^a, e o povo, agradecido, ao seu Governador. É um antigo Governador, testemunhando a V. Ex.^a admiração e respeito, e muito mais do que isso, amizade. Vi como V. Ex.^a foi recebido em numerosos municípios paraibanos. Depois, fomos à Capital, onde o mesmo se repetiu. E, para mim, como amigo pessoal de V. Ex.^a, como companheiro político, agora e no passado, uma alegria verificar que o que V. Ex.^a fez pelo seu Estado não foi esquecido. Nós políticos, temos, neste agradecimento, a recompensa maior de tudo aquilo por que passamos, sabretudo na administração. A minha ausência determinou o meu silêncio; mas, como bem V. Ex.^a diz, não é tarde para me juntar aos aplausos que muito justamente recebeu de todo o Senado da República.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao eminente Senador Amaral Peixoto a delicadeza do depoimento que está dando ao Senado, para mim, profundamente valioso porque é insuspeito. V. Ex.^a é meu amigo, amigo do coração, mas não seria capaz de dar um depoimento falso. Realmente, quando V. Ex.^a era Ministro da Viação, o acompanhei numa viagem que reali-

zou, de inspeção às obras de sua Pasta no meu Estado, e, por conseguinte, as suas palavras, historiando esse resto da minha vida pública, trazem grande conforto e satisfação, porque os Senadores dos outros Estados estão ouvindo o que V. Ex.^a acaba de declarar sobre o que viu, assistiu e ouviu a meu respeito na Paraíba.

O Sr. Saldanha Derzi — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, Senador.

O Sr. Saldanha Derzi — Eminente Senador Ruy Carneiro, também eu não estava presente à sessão em que V. Ex.^a tão justamente foi homenageado. As palavras podem passar mas ficou perpetuado, numa das avenidas da bela Capital da Paraíba, o nome de V. Ex.^a É das maiores homenagens que aquele povo poderia prestar a um homem íntegro, a um homem de bem, a um homem que honra e dignifica esta Casa.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao nobre Senador Saldanha Derzi, ilustre Representante do Estado de Mato Grosso, as suas palavras, que calam fundamentalmente no meu coração, cheio de agradecimento.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Concedo o aparte ao eminente Senador Filinto Müller.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador Ruy Carneiro, quando, há poucos dias, o Senado, muito justamente, assinalou a circunstância de haver sido dado o nome de V. Ex.^a a uma das mais belas avenidas de João Pessoa, e quase todos os Senadores presentes tiveram oportunidade de manifestar-se a respeito, exaltando as altas qualidades morais de V. Ex.^a, eu não me encontrava presente no plenário. Há poucos instantes, também, eu estava ausente daqui, em reunião na Comissão de Relações Exteriores, e ouvi, através do alto-falante, que V. Ex.^a agradecia aquelas homenagens e recebia outras manifestações de seus Colegas; deixei o trabalho e vim, especialmente, para solidarizar-me com aqueles que o homenageiam, todos Senadores da República. Conheço V. Ex.^a de longos anos, quando éramos jovens ainda — V. Ex.^a num setor e eu noutro —, mantendo sempre as melhores relações e os melhores entendimentos. Posso, portanto, dar testemunho: V. Ex.^a tem uma vida exemplar, uma vida sempre marcada pela maior dignidade, pelo mais alto espírito público. V. Ex.^a sempre procurou servir ao Brasil com dedicação, sem medir dificuldades nem sacrifícios, e sempre soube ser amigo dos seus amigos e sempre soube ser bom para aqueles que precisavam de V. Ex.^a A vida de V. Ex.^a, nobre Senador Ruy Carneiro, é um exemplo

para todos os que vieram depois de nós, porque V. Ex.^a encarna muito bem o homem público brasileiro, sempre a serviço da coletividade; sempre a serviço da Pátria; sempre a serviço dos seus semelhantes, sem pensar em si, mas dando tudo de si, com exemplar dignidade, como disse, para mim, seu colega e seu velho amigo, é uma grande honra ver como V. Ex.^a é justamente homenageado no seu Estado, como merece ser em todo o Brasil.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço, Senador Filinto Müller com todo afeto o seu aparte.

Não da grande figura do Senado, não do eminente, Presidente do Partido da Maioria, Líder do Governo, mas daquele jovem capitão, é que recebo essas palavras — do capitão de Artilharia que me foi apresentado, pela primeira vez, num domingo, no Rio de Janeiro, pelo saudoso João Alberto, e que nunca mais esqueci e nem jamais a nossa sofreu qualquer lacuna.

V. Ex.^a seguiu sua vida de militar, depois a de político, e acompanhou sempre com interesse a minha vida pública; marchamos juntos, V. Ex.^a foi Presidente desta Casa no Monroe e também meu líder no Rio de Janeiro, e sempre continuamos mantendo a nossa fraternal amizade. V. Ex.^a no seu aparte, me comoveu com sua extrema bondade, deixando a Comissão de Relações Exteriores onde se encontrava cumprindo o seu dever, para vir exaltar o seu humilde colega, representante daquele Estado pequenino, mas que tanto me honra representá-lo, para vir aqui trazer o seu testemunho, perante o Plenário, do apreço, da consideração que me dispensa. Muito agradecido nobre Senador Filinto Müller.

Concedo com muito prazer o aparte solicitado pelo nobre Senador Franco Montoro, meu companheiro de Bancada.

O Sr. Franco Montoro — Senador Ruy Carneiro, desejo trazer minha palavra também, de solidariedade e de apoio a esta homenagem unânime do Senado a V. Ex.^a, por ocasião dessa outra justíssima homenagem que lhe é prestada em seu Estado. Meu conhecimento a respeito da atuação de V. Ex.^a é mais antiga do que a nossa amizade, que é mais recente. Seu nome e sua atuação já pertencem à História do Brasil. Conhecemos muitos dos atos praticados por V. Ex.^a quando governou aquele Estado, muito de sua atuação na vida pública brasileira e é por isto que, apesar de distante no Estado de São Paulo, conhecemos essa atividade e fazemos um ato de justiça vindo neste momento, em nome dos Senadores de São Paulo, dar nosso inteiro apoio a essa justíssima homenagem que o Senado da República, neste momento, presta a V. Ex.^a, secundando a home-

nagem que lhe é prestada pelo seu próprio Estado.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço a gentileza do eminente representante do Estado de São Paulo, Senador Franco Montoro.

Em verdade nosso conhecimento é recente, entretanto assim como V. Ex.^a disse que acompanhou a minha atuação no Estado da Paraíba e minha vida pública, eu também tenho muito orgulho de ser seu companheiro de bancada e de proclamar que o seu nome é grande, e a combatividade e inteligência reconhecidas em todo o País.

Sou muito grato pela demonstração de apreço e consideração do nobre colega.

O Sr. Wilson Gonçalves — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer, nobre Senador Wilson Gonçalves.

O Sr. Wilson Gonçalves — Nobre Senador Ruy Carneiro, disse muito bem V. Ex.^a, que, independente das manifestações expressas, sabia V. Ex.^a que todo o Senado apoiava aquelas homenagens que mui justamente lhe foram prestadas quando do discurso do nobre Senador Adalberto Sena. Realmente, entre os que faltaram àquela Sessão, eu me incluo, razão porque não manifestei a V. Ex.^a, quase que desnecessariamente, o testemunho do meu apreço, da minha admiração e, principalmente, da minha amizade. Aceitei, inicialmente, essa declaração genérica de V. Ex.^a que é uma verdade: "Todos comungamos do mesmo sentimento." Mas, em face dos outros apartes, poderia parecer que o meu silêncio fosse uma omissão e é por isso que eu estou, neste instante, a me dirigir a V. Ex.^a para deixar expressamente nos Anais da Casa, como disse, o meu apreço, a minha admiração e sobretudo a minha amizade.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Wilson Gonçalves, homem preclaro do Ceará, figura brilhante, considerado como um dos meus melhores amigos nesta Casa.

Há pouco tempo, fomos juntos a Caracas, numa comissão do Parlamento Latino Americano, por ele liderada e, no retorno daquela viagem, tive a oportunidade de declarar, nesta tribuna, tudo o que penso a respeito de S. Ex.^a O Senador Wilson Gonçalves é, indiscutivelmente, uma das grandes figuras desta Casa. Muito obrigado pelo seu amável e bondoso aparte.

Com prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Carvalho Pinto.

O Sr. Carvalho Pinto — Interrompendo, nobre Senador Ruy Carneiro, minha presença na Comissão de Relações Exteriores, fiz questão de aqui

comparecer para poder, neste instante em que V. Ex.^a é alvo de tão justas e generalizadas homenagens de seus colegas, trazer-lhe o renovado testemunho do meu apreço, da minha admiração e de minha permanente homenagem. Nos poucos anos em que tenho tido o privilégio de conviver com V. Ex.^a neste recinto e no Senado, venho tendo a permanente oportunidade de admirar na sua atuação, as mais nobres, e construtivas qualidades de homem público, e que tanto o credenciam ao nosso respeito e admiração. Queira, pois, receber, nobre Senador, a expressão de minha inteira solidariedade à homenagem que lhe é prestada.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao eminente representante do Estado de São Paulo, que eu costumo chamar de Ministro, porque S. Ex.^a já foi grande gestor da Pasta da Fazenda. É figura de admirável austeridade mas, mesmo assim, conserva, dentro desta comunidade que é o Senado Federal, sempre uma maneira fraternal de tratar seus colegas.

Seu aparte me comove, me honra, Senador Carvalho Pinto. Por isso sou profundamente reconhecido aos seus conceitos.

O Sr. Lenoir Vargas — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Lenoir Vargas — Nobre Senador Ruy Carneiro, desejo dizer a V. Ex.^a que, em virtude de a Bancada de Santa Catarina se encontrar em reunião com autoridades do Estado, aqui, em Brasília, não esteve presente à Sessão em que o nobre Senador Adalberto Sena proferiu discurso comentando a homenagem que havia sido tributada a V. Ex.^a por sua terra. Entretanto, deseja a Representação de Santa Catarina não deixe de figurar uma palavra sua nesta homenagem que tem, sobretudo, a caracterizá-la a justiça. As ligações de V. Ex.^a com Santa Catarina são muito antigas. Meu eminente Chefe, Nereu Ramos, muitas vezes mencionou na Província o nome de V. Ex.^a, como o atuante Representante do Estado da Paraíba. Sabe V. Ex.^a que, numa determinada época da vida pública do seu Estado, por ele algumas vezes falou o nosso Chefe. Eis a razão pela qual, aliada ao desejo, à disposição dos meus Colegas catarinenses nesta Casa de também se associarem à homenagem a V. Ex.^a, eis a razão por que interfiro, para deixar registrada essa palavra catarinense, de admiração, de respeito e de consideração à exemplar vida pública de V. Ex.^a

O SR. RUY CARNEIRO — Senador Lenoir Vargas, eminente representante de Santa Catarina, agradeço sua intervenção que tanto me comoveu, sobretudo porque V. Ex.^a fez referências às minhas antigas ligações com o glorioso Estado que o nobre

Colega tão bem representa nesta Casa. V. Ex.^a falou em seu nome e no de seus companheiros de Bancada, todos meus amigos e figuras ilustres. Realmente o Senador Nereu Ramos, de saudosa memória, era meu amigo. Visitei Santa Catarina como Oficial de Gabinete do saudoso e grande Ministro da Viação João Marques dos Reis. Desde aquela época o nosso coração, como o coração da Paraíba, ficou ligado ao progressista Estado que V. Ex.^a representa. Muito agradecido, Senador Lenoir Vargas, pelo seu pronunciamento.

O Sr. Gustavo Capanema — Permite V. Ex.^a que também dê meu aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Senador Gustavo Capanema, com a maior satisfação.

O Sr. Gustavo Capanema — Senador Ruy Carneiro, não podia ficar calado diante de uma homenagem a V. Ex.^a Não estive presente quando, há dias, a homenagem foi prestada, mas escrevi uma carta ao ilustre Colega — não sei se V. Ex.^a a terá recebido. Nesta oportunidade em que a homenagem se renova, sinto-me no dever de falar. Seu antigo amigo, quando eu era Ministro da Educação e V. Ex.^a governava a Paraíba, quando ambos militávamos no velho, saudoso e tão preclaro PSD, em todas essas ocasiões pude ver no nobre Representante paraibano o homem público por excelência, o político de alta qualidade na sua melhor expressão. Todas as qualidades indispensáveis ao administrador, ao parlamentar, ao político de um modo geral. V. Ex.^a as demonstrou nestes inumeráveis anos do nosso convívio. Uma destas qualidades que gostaria de pôr em relevo maior é a fidelidade. V. Ex.^a é um homem de fidelidade excepcional, já não digo a fidelidade à Pátria, porque este afinal é o dever de todos os homens, mas a fidelidade ao seu Estado, a fidelidade ao seu Partido, a fidelidade aos seus companheiros, a fidelidade às suas idéias, a fidelidade aos seus compromissos, a fidelidade, enfim, a todo o conjunto humano e social que cerca o político. Em tudo, V. Ex.^a prima por esta qualidade monumental do político: a fidelidade. Portanto, devo apontar em V. Ex.^a o exemplo de um político de primeira ordem. Se estivesse falando a V. Ex.^a no tempo em que éramos correligionários dentro do PSD não falaria com maior sinceridade, com maior vigor do que o faço agora, quando militamos em campos contrários. Isto mostra que a homenagem que presto a V. Ex.^a é de sinceridade prefeita.

SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao eminente Senador Gustavo Capanema, o honroso aparte que acaba de dar-me.

V. Ex.^a, nobre Senador Gustavo Capanema, não é um homem de inteligência comum. Considero-o um gênio.

Recebi a carta com que V. Ex.^a me honrou e me distinguiu. Ia referir-me a ela no final. Mas fico mais feliz em ouvir o seu aparte, contendo conceitos tão generosos sobre um homem que, na realidade, é nada mais nada menos que um servidor fiel de sua Pátria.

Sirvo igualmente com devoção meu povo e a minha terra.

Agradeço ter ilustrado esta simples oração com seu magnânimo, aparte.

O Sr. Osires Teixeira e José Augusto — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer, ouço primeiramente o nobre Senador Osires Teixeira.

O Sr. Osires Teixeira — Eminente Senador Ruy Carneiro, V. Ex.^a está verificando que todos aqueles que, por desventura, não estavam presentes neste Plenário por ocasião da homenagem que o eminente Senador Adalberto Sena prestou a V. Ex.^a, hoje se apressam, um até sobre o outro, e não um após o outro para apartear-lo. Disso resulta que há unanimidade da Casa na homenagem que se presta a V. Ex.^a, homenagem que se presta também à sua extraordinária Paraíba, a Paraíba de tão grandes tradições. Em verdade, V. Ex.^a encarna a dedicação, o amor e o patriotismo da gente paraibana. Por isso que aquela gente, vezes após vezes, retorna V. Ex.^a a esta Casa, para que, com toda essa sua dedicação, todo esse seu amor ao País, e, sobretudo, por todo amor que encarna e encerra a pessoa de V. Ex.^a, possa V. Ex.^a, através dos anos, continuar a prestar relevantes serviços não só à Paraíba, mas a todo o Brasil. Não há dúvida, a unanimidade do Senado representa a unanimidade desta Nação na homenagem que se presta a V. Ex.^a Goiás, é evidente, iria juntar-se a estas homenagens pela minha palavra. Muito obrigado.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço, nobre Senador Osires Teixeira, V. Ex.^a que é um amigo recente, que aqui o fiz e procurarei cultivá-lo pelo resto da minha vida. Temos mantido aqui grande cordialidade; acompanho os discursos de V. Ex.^a com o maior interesse, porque sempre se ocupa de assuntos de profundidade e de interesse não só do seu Estado, mas do nosso País. Sou muito grato às suas palavras, cheias de bondade, sobretudo quando exalta a Paraíba, a brava Paraíba do Presidente João Pessoa.

O Sr. José Augusto — V. Ex.^a me dá licença para um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. José Augusto — Já aparteou V. Ex.^a uma das vozes mais elevadas de Minas Gerais, pela cultura, pela integridade na vida pública, que é o ilustre Senador Gustavo Capanema. Neste momento, porém, não poderia faltar a minha modesta voz de admi-

rador, há longo tempo, de V. Ex.^a, especialmente pelo conhecimento que adquiri da sua vida pública na Paraíba, através de um grande amigo meu, residente na cidade que tive a honra de dirigir por muitos anos e ainda hoje faço política, que é Caratinga, esse grande amigo é o Dr. Francisco Bandeira Cavalcante, médico ilustre daquela cidade, que sempre me relatava a sua vida, a sua direção firme em defesa da Paraíba e dos seus amigos, naquela grande Unidade da nossa Federação. O Dr. Francisco Bandeira Cavalcante, também grande admirador seu, mais ainda incutiu em mim essa admiração pelas grandes virtudes cívicas de V. Ex.^a Devo acrescentar, apenas para lembrar a V. Ex.^a, que o Dr. Francisco Bandeira Cavalcante é irmão do General Antonio Bandeira, um dos grandes e ilustres Generais do nosso Exército com funções em Brasília. E é, creio que ainda, irmão do General Ademar Bandeira, médico, já reformado.

Todos eles têm por V. Ex.^a a admiração que o Dr. Bandeira incutiu em mim, pela sua vida pública, pelas suas raras virtudes cívicas, em defesa do seu Estado e dos interesses mais altos do Brasil.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do ilustre representante de Minas Gerais, Senador José Augusto, que se tem conduzido com brilho nesta Casa, sobretudo levando-se em conta a responsabilidade imensa que S. Ex.^a tem de estar substituindo o saudoso e eminente Senador Milton Campos.

Agradeço a V. Ex.^a e peço que leve ao Dr. Francisco Bandeira Cavalcante, paraibano ilustre que reside no seu Município, a minha homenagem e agradecimento pela generosidade de suas referências.

Ele é suspeito, porque sou profundamente amigo de sua família. O saudoso pai do Dr. Bandeira Cavalcante era Desembargador no meu Estado. Ele também foi, se não me falha a memória, Vice-Presidente do Estado, na época.

Era uma figura expressiva e respeitável no Tribunal de Justiça da Paraíba. Quando faleceu, eu estava no Governo e lá fiquei, velando o seu corpo, durante toda a noite, em homenagem a um probo e ilustre magistrado paraibano.

V. Ex.^a que na sua infinita bondade endossa os conceitos expressos pelo ilustre paraibano, como representante do glorioso Estado de Minas Gerais, receba meu profundo agradecimento.

O Sr. Ney Braga — Nobre Senador, permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Ney Braga — Trago a V. Ex.^a a solidariedade do Paraná. No dia do discurso do nobre Senador Adalberto Sena, tive oportunidade de abraçar o ilustre representante da Paraíba e de dizer do pensamento pessoal nosso em relação a V. Ex.^a, que tão bem representa aquele Estado. O Paraná não poderia faltar neste momento em que o Senado, como um todo, homenageia um dos representantes do Brasil que mais tem dado de si em favor da Nação. Talvez, em poucas palavras, pudéssemos dizer: V. Ex.^a é, realmente, um grande homem público. Esta homenagem é justa. A homenagem que seus co-estaduanos prestaram-lhe, inaugurando uma Avenida com seu nome, tem um sentido todo especial: é que V. Ex.^a sabe conquistar os outros pela amizade, pela compreensão, pela bondade. V. Ex.^a é, além de um grande homem público, um grande amigo. O Paraná traz, aqui, o seu abraço e a sua solidariedade a esta homenagem.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço, nobre Senador:

O Sr. Leandro Maciel — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Um momento, nobre Senador Leandro Maciel.

Agradecido, nobre Senador Ney Braga, pois, as suas palavras expressam a voz do coração.

Tudo que V. Ex.^a diz traduz a sua bondade imensa que todos reconhecemos, porque nas reuniões da Comissão Diretora testamos a bondade e a sensibilidade de cada um. Todos são assim bons, mas V. Ex.^a é conhecido dentre os seus companheiros como homem cheio de bondade, cheio de cavalheirismo, cheio de atenção para com aqueles que sofrem e batem às nossas portas — às portas da Comissão Diretora.

V. Ex.^a falou em nome do glorioso Estado do Paraná, aquela terra extraordinária, aquele pequeno Estado sulista, mas rico e poderoso pelo trabalho inenso do seu povo.

Suas palavras me comoveram e me honraram profundamente.

O Sr. Leandro Maciel — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muita satisfação, nobre Senador Leandro Maciel.

O Sr. Leandro Maciel — Quero associar-me às justas homenagens que são prestadas a V. Ex.^a pela manifestação consagrada do povo e governo paraibanos, acolhendo entusiasmamente o seu nome, dado pela Câmara dos Vereadores e aprovado pelo Prefeito, para uma das maiores avenidas da bela Capital paraibana. Não falo somente em meu nome, falo também em nome de Sergipe. E no meu nome pessoal, quero relembrar a luta de V. Ex.^a, quando ainda muito

jovem, nos encontramos em João Pessoa, na Paraíba — e não se assuste V. Ex.^a que eu era mais velho que V. Ex.^a — V. Ex.^a iniciava a sua carreira à frente de um jornalzinho, feito com os maiores sacrifícios, seguido da figura simpática e sempre lembrada do seu companheiro Aderbal Piragibe. Eu vi ali, naquela luta de todos os dias para sair aquele jornal no Ponto Cem Réis, que aflorava no jovem Ruy Carneiro um grande político daquela terra, a que eu estava ligado, como engenheiro, trabalhando nas obras complementares da seca, àquele tempo, no porto que se fazia na Bacia do Sanhã, ligando a Capital ao porto de Cabedelo. Depois, passando alguns anos na Paraíba, casei-me, ficando mais ligado ainda a sua terra, conhecendo-a mais de perto, vivendo a sua vida. Nas minhas idas continuadas à Paraíba, via crescer seu prestígio, fruto da sua bondade, da sua dedicação aos amigos, do seu interesse apaixonado pela sua terra. Sou testemunho disto. E via que era o jovem Ruy Carneiro que assim se apresentava aos meus olhos para, mais tarde, na vida pública, nos encontramos no Senado Federal: V. Ex.^a vitorioso, disputando uma popularidade singular na sua terra tornando-se um autêntico representante nordestino. Sou solidário com estas homenagens e falo em nome de meu Estado e no meu próprio, lembrando a nossa convivência na nossa mocidade na acolhedora cidade "pequenina e boa" na frase carinhosa do saudoso Epitácio Pessoa, onde enfrentávamos a vida; V. Ex.^a à frente do jornal e eu como engenheiro da antiga Inspetoria de Portos, Rios e Canais.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do Representante de Sergipe, Senador Leandro Maciel. Este homem, esta grande figura do Senado é ligada à Paraíba pelo coração, pois é casado com uma grande dama, D. Marina de Albuquerque Maciel, filha do saudoso Senador Otacílio de Albuquerque. S. Ex.^a vem sempre se pronunciando aqui, quando há oportunidade, dando-me o seu apoio e a sua solidariedade, apoio e solidariedade que se são de fundo afetivo pelas suas ligações com a Paraíba.

Evocou S. Ex.^a o início da minha vida, quando era eu Diretor do Jornal *Correio da Manhã* citando o nome de Aderbal Piragibe notável poeta e jornalista, o que muito me comoveu. Sou grato pelo seu aparte.

O Sr. Antonio Fernandes — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Antonio Fernandes — Na proporção em que as manifestações se avolumam, em homenagem à V. Ex.^a, a sua estatura política e moral cresce e se agiganta cada vez mais no conceito de todos nós, seus colegas e admiradores. Aproveito a oportunidade

para apresentar a V. Ex.^a, Senador Ruy Carneiro, em meu nome e em nome da minha Bahia, nossa solidariedade e apreço, como coroamento da sua carreira do político altamente qualificado em todo País.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre e estimado Colega Antônio Fernandes, que também, como o Senador José Augusto, tem grande responsabilidade nesta Casa, porque S. Ex.^a substituiu uma das maiores figuras, desta Casa que foi o saudoso Senador Akysio de Carvalho, da Bahia homem eminente por todos os títulos. Antônio Fernandes, pela sua conduta, pela sua marcante atuação nesta Casa, tem se afirmado brilhantemente no desempenho de representante daquele Estado de tradições gloriosas. Muito agradecido a V. Ex.^a pelo seu aparte.

O Sr. Carlos Lindenberg — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Senador, com muito prazer.

O Sr. Carlos Lindenberg — Senador Ruy Carneiro, presidia eu a sessão quando o nobre Senador Adalberto Sena teve oportunidade de trazer ao conhecimento da Casa as homenagens que V. Ex.^a recebia no seu Estado, a Paraíba. Na ocasião, o nobre Senador Guido Mondin, falando em aparte, o fez também em nome de Mesa, solidarizando-se com V. Ex.^a e com as homenagens que lhe prestava o nobre Senador Adalberto Sena. Entretanto, hoje fui novamente convocado, durante a sua oração, para presidir a sessão. Entendi, porém, não estando presentes os meus companheiros de bancada, que não poderia haver silêncio no Espírito Santo a seu respeito, porque todas as homenagens que V. Ex.^a ora recebe são fruto do seu merecimento. Simplesmente isto. São justas estas homenagens a V. Ex.^a, e merecem nossa inteira solidariedade, pelo seu passado, pelo seu presente, e como fiadores do seu futuro. Neste pequeno aparte, eu quis apenas dizer estas palavras em homenagem a V. Ex.^a, em meu nome particular e em nome da bancada do Espírito Santo. Da minha solidariedade pessoal V. Ex.^a nunca poderia duvidar, achei porém que cabia fazê-la publicamente. Estas as palavras que eu queria dizer a V. Ex.^a

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao nobre Presidente Carlos Lindenberg o seu aparte em nome do seu progressistas Estado, o Espírito Santo. V. Ex.^a, particularmente, é ligado a mim por laços afetivos. Fui grande amigo da sua saudosa genitora, dona Bárbara Lindenberg, que me escrevia de próprio punho cartões de agradecimento às felicitações enviadas cuidadosamente no transecurso do seu aniversário natalício. Fui amigo do seu irmão, o grande médico alergista Luís Lindenberg, de saudosa memória e

também do Marechal José Lindenberg, de maneira que, particularmente, estou ligado com muito afeto a V. Ex.^a pelos laços de família. Agora, o aparte de V. Ex.^a no que se relaciona com o Estado do Espírito Santo toca-me profundamente e me envaldece porque, podemos proclamar que é um dos Estados do centro-sul que faz honra à Federação brasileira pela operosidade dos seus filhos.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Benjamin Farah — Nobre Senador Ruy Carneiro, eu não poderia deixar a minha Guanabara fora desse grande e memorável discurso que o Senado está ouvindo, nesta tarde. O povo da Guanabara que tenho a honra de representar e que tantas vezes me elegera; a Guanabara onde V. Ex.^a tem laços de profunda amizade, e a quem V. Ex.^a tem no coração, e onde V. Ex.^a tem amigos infindáveis, em nome da Guanabara, quero, mais uma vez, expressar aqui a nossa grande alegria e grande contentamento pela homenagem que V. Ex.^a recebeu do povo de sua pequenina e brava Paraíba. Estou, também, por dizer, do povo do Brasil todo, através deste Senado. Ouvimos os mais autorizados Senadores se manifestarem, mais uma vez, solidários com V. Ex.^a Vemos que o nobre Senador Adalberto Sena andou certo, que fez muito bem em trazer ao conhecimento da Casa a homenagem que V. Ex.^a recebeu na Paraíba. Isto nos alegra, isto nos encanta porque o político, geralmente, é um homem mal compreendido, muitas vezes, injustiçado. V. Ex.^a está assistindo, de corpo presente, a uma consagração, o que prova que o seu comportamento, a sua trajetória na vida pública, é digna de menção honrosa. V. Ex.^a está nesta tribuna para agradecer uma homenagem que recebeu, há poucos dias, mas, eu quero dizer a V. Ex.^a que também somos agradecidos a V. Ex.^a pela boa imagem que V. Ex.^a leva desta Casa e do nosso Partido, da classe política, não só da Paraíba, mas de todo o Brasil. Portanto, o meu aparte não tem um sentido de solidariedade apenas, mas também tem um sentido de agradecimento pela sua vida pública inatacável e digna dos maiores respeito e dos maiores aplausos.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço a delicadeza do aparte do nobre Senador Benjamin Farah. S. Ex.^a vai ver que, no início do meu discurso, quando S. Ex.^a ainda não se achava no Plenário, eu já o havia relacionado entre os bondosos colegas que haviam apartado o meu amigo o Senador Adalberto Sena, responsável pelo que ocorre agora nesta Casa. Já

fiz referências ao aparte que V. Ex.^a representante da bela Guanabara, deu. Agradeço novamente porque o aparte foi dirigido ao Senador Adalberto Sena. Agora porém, a mim próprio. Agradeço, sobretudo, porque V. Ex.^a, na sua grande generosidade, diz que eu levo, pelo País afora, a imagem do Partido e a boa imagem dos políticos brasileiros.

O Sr. João Cleofas — V. Ex.^a me permite, Senador Ruy Carneiro?

(Assentimento do orador.) Pernambuco e Paraíba sempre viveram inviolavelmente, em todos os tempos, irmanados. Nesta hora em que V. Ex.^a, com emoção, se refere à justa homenagem que recebeu da sua terra, quero dizer que, a essa homenagem, também está solidário o Senador de Pernambuco, seu velho amigo de todos os tempos, e todo o Estado de Pernambuco, porque V. Ex.^a é a imagem viva do homem público, do político que saiu do interior do Estado, que ascendeu, pelo seu esforço, pelo seu trabalho, pela sua honradez, pelo seu patriotismo, à posição e, sobretudo, ao conceito que goza entre os seus pares. E é justamente querendo assinalar esta circunstância, que lhe trago o testemunho da solidariedade dos pernambucanos e as congratulações por esta justiça que foi prestada a V. Ex.^a, pelo seu Estado.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito me comove a intervenção do Senador João Cleofas, meu velho e querido amigo; foi um grande Ministro na Pasta da Agricultura, e atualmente conservando no Senado como notável parlamentar e admirável homem público e administrador, como demonstrou durante sua Presidência do Senado.

Considero-o como um dos melhores amigos que tenho em Pernambuco e aqui.

O Sr. Lourival Baptista — Eminentíssimo Senador Ruy Carneiro, permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Lourival Baptista — Associao-me às homenagens que lhe estão sendo prestadas na tarde de hoje, no Senado Federal. Conheci V. Ex.^a há mais de 20 anos, através de um saudoso amigo, meu e de V. Ex.^a, o saudoso Senador Valter Franco. Tornei-me admirador de V. Ex.^a dessa época e a nossa amizade cresceu sempre. O seu nome dado a uma avenida no seu Estado, na sua querida João Pessoa, foi um ato de justiça, foi um ato merecido, a um político que tem trabalhado não só pela sua terra, mas pelo Brasil; a um político humano; a um político digno; a um político que tudo tem feito pelo seu Estado e pela sua gente. É com muita satisfação que me associo a essas homenagens que

o Senado lhe presta, através dos seus dignos pares.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte generoso do eminente representante de Sergipe, Senador Lourival Baptista, meu velho amigo, que vem trazer o conforto de sua solidariedade, do seu apoio e do seu conceito o que muito me desvanece.

O Sr. Helvídio Nunes — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Helvídio Nunes — Senador Ruy Carneiro, o discurso com que o nobre Senador Adalberto Sena homenageou V. Ex.^a, na semana passada, assumiu como que uma homenagem que lhe foi prestada, através dos inúmeros apartes, pelo Senado Federal. Mas hoje, depois das manifestações das representações dos Estados, aquela homenagem ganhou uma inequívoca conotação nacional. Assim sendo, não poderia faltar a palavra do meu Estado, a palavra do Piauí. E, neste instante, com o meu abraço, com as minhas homenagens, com a minha solidariedade, eu digo a V. Ex.^a que este abraço, esta homenagem e esta solidariedade são, também, do povo do Piauí.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente representante do Estado do Piauí, meu amigo Senador Helvídio Nunes, que até pouco tempo governou o seu Estado, com grande acerto, honestidade e operosidade.

O Sr. Helvídio Nunes — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. RUY CARNEIRO — S. Ex.^a deixou lá nos anais da SUDENE o seu trabalho profícuo na defesa dos interesses do seu Estado do Norte e Nordeste. Meus agradecimentos pela gentileza do seu aparte.

O Sr. Helvídio Nunes — Muito agradecido a V. Ex.^a

O Sr. Renato Franco — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não, nobre Senador Renato Franco.

O Sr. Renato Franco — Já dizia o Divino Mestre que "os últimos serão os primeiros" e, realmente, como um dos mais velhos nesta Casa, quicá o mais velho, mas o mais novo como Senador, me permito a trazer o meu Pará ao Senado após ouvir toda a Pátria brasileira falando nesta ocasião, por vozes autorizadas do Sul, do Norte, do Leste e finalmente do Centro-Oeste. Quando me pronunciei pela primeira vez como Senador nesta Casa, afirmei que estava num seminário de mestres e, realmente, a Sessão de hoje veio confirmar que eu estava mais do que certo, porque todos se reuniram em torno de um dos grandes mestres desta Casa e vós que eu já conhecia lá no meu Norte, pe-

los seus pronunciamentos, pela sua retidão, pela sua sabedoria e, sobretudo, pela sua lealdade política, eu me sentia bastante feliz em querer um dia, na vida, conhecer esse homem. E eis-me diante dele. É um exemplo vivo não para o Brasil de agora mas para o Brasil de sempre. Precisamos dizer, deste Senado a toda a Nação brasileira, que aqui existe uma Oposição que sabe glorificar o seu dever, que tem noção de compreensão, noção de independência, mas que tem, sobretudo, o maior de todos os deveres na vida: amar a Pátria e compreendê-la, para bem levá-la ao seu completo desenvolvimento. V. Ex.^a é um mestre dessa Oposição e queira Deus que o Brasil, no seu desenvolvimento, tenha sempre, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, homens que saibam honrar a sua posição e, ao lado dos que defendem o Governo e trabalham com a Oposição, para o bem-estar de todos, possam dizer: soubemos cumprir o nosso dever. Minhas felicitações, meu ilustre colega.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte generoso do meu querido amigo e companheiro de Mesa, Senador Renato Franco. S. Ex.^a disse que os últimos serão os primeiros. S. Ex.^a é da Amazônia, e foi essa Região que me trouxe através da generosidade do Representante do Acre, tão tocante homenagem.

Quando disse que presumia ter trânsito em todas as Bancadas no Senado e que todos Senadores eram meus amigos, eu o fiz sem jactância porque minha humildade não permite fazer pronunciamentos desta natureza; com este sentimento, eu o disse tendo em consideração a conduta que tenho mantido desde que entrei no Senado em 1950 até hoje.

Senador Renato Franco, sou muito reconhecido a V. Ex.^a, pelas suas palavras em nome da Região Amazônica, que V. Ex.^a representa — o Pará — com tanto brilhantismo e com tanta correção. Não me lão propriamente orgulho mas conforto, pela maneira com que me conduzo nesta Casa e fora dela, procurando honrar o Estado que represento e o povo que para aqui me mandou.

Muito agradecido, Senador Renato Franco.

Sr. Presidente, ao encerrar estas minhas palavras, que foram retardadas pela generosidade dos meus Colegas, quero dizer que sou profundamente reconhecido, fraternalmente agradecido ao gesto de bondade do nobre Senador Adalberto Sena. Insisti com S. Ex.^a para que desistisse da idéia de trazer ao conhecimento do Plenário a homenagem que recebi na Paraíba. S. Ex.^a, porém, não desistiu do intento e sua generosidade foi mais forte do que os meus argumentos.

Aproveito o ensejo para agradecer a todos os que me apartearam, que me honraram com sua distinção. Mas desejo prestar homenagem especial ao glorioso Acre, que mandou para cá, o Senador Adalberto Sena, ao Governador do Estado da Paraíba, meu adversário, mas prezado amigo, Ministro Ernani Satyro, que, considerando prioritária aquela obra, que deu margem a essa homenagem e insistiu comigo para que comparecesse à Paraíba; ao seu jovem Prefeito, Dorgival Terceiro Neto, um homem da Zona do Cariri, uma zona seca e de terra vermelha como o terreno de Brasília — esse moço terá um grande destino, não tenho dúvida alguma, pelas obras que está tornando realidade em nossa Capital.

Agradeço ao Senador Adalberto Sena, pela iniciativa generosa; ao Governador, pela sua bondade e demonstração de alta política: agiu com elevação sendo meu adversário no curso de nossa vida pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamento ter tomado o tempo de V. Ex.^{as} mas a culpa não foi minha. Sei que, hoje, há uma homenagem à nossa radiodifusão. Tenho exaltado sempre aqueles que ali trabalham, e aproveito o ensejo para ao encerrar minhas palavras render também homenagem especial àqueles que levam a nossa voz, os nossos trabalhos e as nossas realizações, através de todo o território brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guilmard — José Lindoso — José Esteves — Milton Trindade — Alexandre Costa — José Sarney — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Milton Cabral — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Antônio Fernandes — Heitor Dias — João Calmon — Paulo Torres — Vasconcellos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Emival Caiado — Accioly Filho — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 21, de 1972, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal da biografia do Professor Francisco Pinheiro Guimarães, publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 28

de novembro de 1971, sob o título "Um Exemplo aos Brasileiros", tendo

PARECER FAVORAVEL, sob n.º 110, de 1972, da Comissão — **Diretora**.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento; será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1972 (n.º 547-B/72, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob n.º 114, de 1972, da Comissão

— **de Segurança Nacional**, favorável.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

Aprovado o projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 2, de 1972

(N.º 547-B/72, na Câmara dos Deputados)

Altera a redação de dispositivo da Lei n.º 5.020, de 7 de junho de 1966, que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 72 da Lei n.º 5.020, de 7 de junho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 72. Fica extinta a homologia regulada pelo Decreto n.º 27.703, de 19 de janeiro de 1950, para o Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda.

§ 1.º Com a aplicação do disposto neste artigo, o Poder Executivo promoverá pelo princípio de merecimento na condição estabelecida nesta lei e em seu regulamento, em ressarcimento de preterição, a contar de 31 de março de 1969, e sem direito à retroatividade de vantagens pecuniárias, os atuais Majores ho-

mólogos do Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda.

§ 2.º Os oficiais promovidos na forma do parágrafo anterior e os atuais Tenentes-Coronéis, homólogos e numerados, passarão a figurar no Almanaque do Ministério da Aeronáutica, de acordo com a precedência hierárquica regulada pelo art. 18, §§ 1.º e 2.º, letra b, da Lei n.º 5.774, de 23 de dezembro de 1971, combinado com o art. 46 desta lei.

§ 3.º Na execução do disposto no parágrafo anterior deve ser observado o prescrito no art. 91, item V, da Lei n.º 5.774, de 23 de dezembro de 1971."

Art. 2.º As promoções de que trata esta lei serão efetuadas dentro dos recursos orçamentários próprios.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luís Cavalcante, inscrito para esta oportunidade.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — (Pronuncia o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, a 26 deste, notificaram os jornais que estaria iminente a redivisão político-administrativa do Brasil. Territórios seriam desmembrados de grandes Estados, e dar-se-ia a fusão da Guanabara com o Estado do Rio e a de Alagoas com Sergipe.

Como é natural, alarmaram-se determinados círculos da vida pública nacional. Os Governadores Raimundo Padilha e Rondon Pacheco não esconderam a sua preocupação. No Congresso, o Senador Lourival Baptista e os Deputados Francelino Pereira, Oceano Carleial, Geraldo Bulhões, Raimundo Diniz e Joel Ferreira fizeram restrições à anunciada redivisão. Na Assembleia Legislativa da Guanabara, os Deputados Levi Neves e Heitor Furtado colocaram-se frontalmente contrários à unificação com o Estado do Rio.

Para tranqüilidade nossa, no dia seguinte, 27, o Gabinete do Ministro da Justiça distribuía a seguinte nota oficial:

"O Governo não cogita da redivisão territorial do Brasil. Carece de fundamento a notícia de que o Ministério da Justiça, por determinação da Presidência da República, esteja procedendo a estudo sobre a redivisão territorial do Brasil. Esclarece, outrossim, que não confiou a terceiros o estudo da matéria."

Reportando-me unicamente à propaganda — e felizmente já desmentida — fusão de Alagoas com Sergipe, venho dizer a esta Casa do estarrecimento que o boato gerou em meu Estado, estarrecimento que, sem dúvi-

da, não foi inferior ao ocorrido nas plagas sergipanas.

Somos irmãos lideiros e frater-nos. Temos, porém, cada qual, uma cultura, uma história, uma tradição. Fundir-nos seria "acender a flama de velhos bairrismos que não mais subsistem" — disse-o Oceano Carleial.

A emancipação política de Alagoas remonta a 1817. Foi-nos outorgada por D. João VI, que assim a justificou:

"Convindo muito ao bom regimen deste Reino do Brasil, e à prosperidade a que me proponho elevá-lo, que a Província das Alagoas seja desmembrada da Capitania de Pernambuco, e tenha um governo próprio que desveladamente se empregue na aplicação dos meios mais convenientes para dela se conseguirem as vantagens que o seu território e situação podem oferecer, em benefício geral do Estado, e em particular dos seus habitantes, e da minha real fazenda: Sou servido isentá-la absolutamente da sujeição em que até agora esteve, do governo da Capitania de Pernambuco, erigindo-a em Capitania, com governo independente."

Não esqueçamos de que Alagoas é a terra de Deodoro e Floriano. Se a Pátria tem o cuidado de preservar a casa onde tenha nascido um grande filho seu, incorporando-a ao Patrimônio Nacional para garantir-lhe a incolumidade de sua arquitetura, saberá também resguardar o nome, a forma e o status da velha Alagoas como peças intocáveis, numa homenagem perpétua ao Proclamador e ao Consolidador da República.

Não tem consistência o argumento de que a extensão territorial alagoana é demasiado exigua. Medindo cerca de 28.000 km², Alagoas é, entretanto, maior do que Maryland, Vermont, New Hampshire, New Jersey, Massachusetts, Connecticut, Delaware e Rhode Island, Estados esses dentre os que mais contribuem para a riqueza da grande nação norte-americana. Rhode Island tem somente 3.100 km², a nona parte da superfície da Terra dos Marechais. E o meu Estado é, em área, maior também do que 24 nações livres do mundo atual, inclusive Israel, o Líbano e El Salvador.

Em que pesem o desnível da renda individual e a descapitalização a que o Nordeste vive continuamente submetido, alguns setores da economia alagoana vão em franca ascensão. É o caso, por exemplo, do açúcar, cuja produção cresce a cada safra, atingindo a marca dos 10 milhões de sacos. Em termos relativos, somos hoje o maior produtor do Brasil. Proporcionalmente, produzimos 30 vezes mais do que o País in-

teiro. Se a produção nacional estivesse em proporção com a de Alagoas, a Nação estaria fabricando 7 vezes mais açúcar de cana do que o resto do mundo!

E se o Governo vier a construir, no sertão alagoano, o canal irrigatório com água do São Francisco, conforme sugeri ao Presidente Médici, acabando de vez com a calamidade periódica da seca, toda Alagoas então se transformaria em perene vergel, e o milho, o feijão, o arroz, o algodão e o fumo atingiriam os mesmos recordes do açúcar.

Queiram escusar-me, Senhor Presidente e Senhores Senadores, de possível exagero na exaltação das benemerências do solo alagoano. Seria mero transbordamento da euforia resultante da categórica informação ministerial de que "o Governo não cogita da redivisão territorial do Brasil".

Continuará fulgurando na constelação brasileira, entre estrelas irmãs, a pequenina Alagoas.

Consolou-se, certa vez, Alfred de Musset, de críticas a versos seus, declarando simplesmente: "Mon verre n'est pas grand, mais je bois dans mon verre". Parodiado o Poeta, direi por minha vez:

— Meu Estado não é grande, mas é o meu Estado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Com a palavra o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Já tive ocasião de salientar desta tribuna as comemorações do centenário de fundação da Associação Comercial de Sergipe, que assumiram importância excepcional para o meu Estado. Essas festas propiciaram ao Governo do Engenheiro Paulo Barreto de Menezes oportunidade para promover uma série de conferências, estudos e debates sobre temas de relevância para o desenvolvimento de Sergipe e do Brasil. Foi como parte dessas comemorações que estive em Aracaju nosso prezado Presidente Petrônio Portella, honrando-nos com sua visita e com uma excelente conferência que teve calorosos aplausos de todos que o ouviram. Também estiveram em Sergipe, com o mesmo objetivo, o Superintendente da SUDENE, General Evandro de Souza Lima, e o Diretor-Geral do Banco do Brasil no Nordeste, este incansável Dr. Camilo Calazans de Magalhães — ambos decorrendo com inteligência e pleno conhecimento de causa sobre problemas de Sergipe e do Nordeste, específicos de suas áreas de ação.

Esteve igualmente no meu Estado o ilustre Ministro do Planejamento, economista Reis Velloso, que visitou

as cidades de Aracaju e Propriá. S. Ex.^a, acompanhado do General Evandro Souza Lima e do Coronel Wilson Santa Cruz Caldas, Superintendente da SUVALE, realizou visita de três dias ao Vale do São Francisco, iniciada por Aracaju. Em companhia do Governador Paulo Barreto de Menezes, o Ministro Reis Velloso e sua comitiva, percorreram parte do território sergipano localizado no Baixo São Francisco, visitando na Fazenda Jundiá o projeto integrado de produção de gado de corte e leiteiro e cultivo de arroz com sistema de irrigação por bombeamento — uma experiência iniciada no ano passado e já vitoriosa e que constitui exemplo do que poderá ser empreendido, em alta escala, no Baixo São Francisco.

Sr. Presidente, o objetivo da viagem ao meu Estado do ilustre Ministro Reis Velloso foi consequência da firme decisão do Governo do eminente Presidente Médici de promover, de toda forma, a veloz transformação da imensa região abrangida pelo São Francisco. A imprensa, o Ministro do Planejamento falou sobre as normas que constituem a base do pensamento "filosófico do Governo federal, que consiste na realização e implantação de iniciativas pioneiras, para posterior transferência aos encargos da empresa privada". Notou S. Ex.^a "não compreender como se tenha levado tanto tempo, no Brasil, para se chegar à conclusão de que o desenvolvimento agrícola e agropecuário do Vale do São Francisco possa significar um projeto imprescindível, não só às necessidades de abastecimento de uma imensa área do território nacional, mas inclusive para se dar início a dinâmico processo de comercialização de produtos agrícolas, capaz de alcançar as necessidades e as possibilidades do mercado externo. "Essa uma visita que, não tenho dúvida, resultará em grandes benefícios para o meu Estado e que, mais uma vez, veio enfatizar a disposição com que o Governo do Presidente Médici se dispõe a alcançar a integração do Nordeste no processo veloz de desenvolvimento nacional — conforme tão reiteradamente tem declarado, ao adotar medidas concretas e de longo alcance como o PIS e tantas outras iniciativas de porte já tomadas por Sua Excelência.

Sr. Presidente, constituiu ainda ponto de destaque nas comemorações do centenário da Associação Comercial de Sergipe a ida ao meu Estado do ilustre Ministro da Indústria e do Comércio. Antecipei, na semana passada, a imensa expectativa com que o povo sergipano aguardava a visita do Ministro Pratiní de Moraes, acompanhado do Presidente da Companhia Nacional de Alcalis, General Edmundo Oriandini.

Essa expectativa foi plenamente correspondida. É com satisfação que

venho hoje registrar o êxito da visita do Ministro Pratiní de Moraes. Não exagerarei, Sr. Presidente, ao dizer desta tribuna que o competente e dinâmico Ministro da Indústria e do Comércio conseguiu ultrapassar de muito aquela expectativa, sua visita e, sobretudo, a conferência que proferiu em Aracaju geraram otimismo, confiança e entusiasmo sem precedentes no povo sergipano.

Como previramos, desta mesma tribuna, e como esperava o povo de Sergipe, S. Ex.^a revelou ter-se tornado realidade o grandioso projeto de instalação no Estado de uma Usina de Barrilha, cuja importância e necessidade para a economia nacional foram, noutra oportunidade, amplamente demonstradas pelo General Edmundo Oriandini, em conferência que fez, acerca de um mês, também em Aracaju.

O Titular da Indústria e Comércio revelou a todos que o ouviram com atenção e profunda emoção sua extraordinária versatilidade e profundo domínio da problemática brasileira — conforme registrou a imprensa do meu Estado. Demonstrou seu apoio, sua concordância e seu entusiasmo com tese que há muito empolga o povo sergipano e sobre a qual tenho reiteradamente falado, no esforço, modesto mas persistente, de dar minha contribuição para o progresso do Estado que tenho a inextinguível honra de representar neste Senado da República.

O Sr. João Cleofas — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Pois não, nobre colega.

O Sr. João Cleofas — V. Ex.^a faz muito bem em salientar os altos propósitos do eminente Ministro da Indústria e do Comércio, no sentido de estabelecer-se a industrialização de matéria-prima tão vital para o País como essa existente em Sergipe. Todos nós, nordestinos, senão mesmo todo o povo brasileiro, acompanhamos com o mais alto interesse o empenho do governo no setor dos dois Ministérios, o de Planejamento e o de Indústria e do Comércio, no sentido de criar-se um pólo petroquímico, um pólo de instalação de indústrias básicas, como esta a que V. Ex.^a se refere, no pequeno Estado de Sergipe, Estado que, depois do seu governo, passou a ser um exemplo de operosidade e de dinamismo, que deve ser continuado para que a região Nordeste se integre no processo de desenvolvimento nacional. Daí, nobre Senador Lourival Baptista e meu prezado amigo, trazer o meu aplauso a sua manifestação aqui no Senado.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Agradeço a V. Ex.^a, eminente Senador João Cleofas, o apoio que acaba de dar ao meu pronunciamento. V. Ex.^a é um eminente homem público,

com relevantes serviços prestados não só ao seu grande Estado de Pernambuco, mas ao Brasil, e traz um depoimento valioso que vem de ser incorporado ao meu pronunciamento e ao qual sou muito grato.

O ilustre Ministro Pratiní de Moraes expressou seu apoio à tese de implantação do Polo Petroquímico do Nordeste, abrangendo os Estados de Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco. Acentuou que "a extraordinária capacidade multiplicadora do complexo mineral-petroquímico promoverá sensível transformação na economia nordestina", o que me tenho esforçado em demonstrar desta tribuna. O Ministro Pratiní de Moraes — tal como, seja-me relevada a insistência, que me é imposta pelo dever que assumi para com o povo que me conduziu, com seu voto, a esta Casa, repetidas vezes aqui tenho dito — considerou Sergipe como "área ideal para implantação de um poderoso complexo destinado ao aproveitamento dos minérios do nosso subsolo e assegurou que a Usina de Barrilha será instalada em nosso Estado". É, sem dúvida, o início de grandes e históricas decisões no tocante ao desenvolvimento sergipano, do Nordeste e do Brasil, o que justifica o júbilo que a visita do Ministro Pratiní de Moraes despertou em Sergipe.

Mas o Ministro da Indústria e do Comércio não se limitou a essas importantes revelações. Com entusiasmo, inteirou-se ainda de problemas outros, relacionados com sua Pasta. Assim é que garantiu o apoio financeiro do Governo Federal para a modernização do parque açucareiro sergipano, acentuando que "apesar de estar o Governo estimulando as exportações de manufaturados, não poderia deixar de patrocinar o apoio indispensável às indústrias tradicionais, como a açucareira." Acrescentou que o Governo tornará sempre mais agressiva sua política de exportação, na qual o açúcar assumirá posição de destaque, de sua exportação já devendo o Brasil auferir, este ano, cerca de 300 milhões de dólares. Com igual firmeza e conhecimento de causa abordou o problema do turismo no Nordeste, mais um assunto que tenho focalizado desta tribuna, por entender que dele poderá o povo nordestino auferir proveitos consideráveis, tantas as suas possibilidades turísticas.

Sem dúvida, Sr. Presidente, muito contribuiu para o entusiasmo com que o Ministro Pratiní de Moraes falou sobre o turismo no Nordeste, a visita que fez a São Cristóvão, fabuloso santuário de arte, tradição e religiosidade do povo sergipano e que conforme sabemos-lhe despertou vivo interesse. Aliás, não regateou Sua Excelência elogios àquela belíssima cidade, onde tivemos a inesquecível honra de exercer o cargo de Prefeito,

no início de nossa vida pública. Não poderia o ilustre titular da Indústria e do Comércio deixar de sofrer o impacto comum a todos aqueles que, pela primeira vez, conhecem aquela histórica cidade do meu Estado, a quarta em antiguidade existente no Brasil, uma cidade-monumento como Parati ou Ouro Preto.

Sempre incansável, o ministro Prattini de Moraes percorreu as regiões ricas em minerais, visitando os municípios de Socorro e Laranjeiras, onde estão localizadas as grandes jazidas. Fez questão, Sua Excelência, de ver "in loco" as imensas riquezas do solo e subsolo sergipanos.

Tão grande, Sr. Presidente, a importância da visita que o ministro Prattini de Moraes e o General Edmundo Orlandini fizeram a Sergipe que se torna para mim imperioso transcrever em nossos Anais o discurso que o primeiro proferiu no encerramento das comemorações do centenário da Associação Comercial de Sergipe, de cuja leitura se poderá bem avaliar a procedência da satisfação que causou à gente sergipana. Este documento vem, mais uma vez, demonstrar de modo concreto e objetivo o persistente e patriótico empenho do governo do eminente Presidente Médici em acelerar sempre mais o processo de desenvolvimento brasileiro, a fim de que o Brasil se torne o quanto antes a grande potência com que sonharam nossos antepassados. Segundo cópia distribuída pela assessoria do Ministério da Indústria e do Comércio à imprensa sergipana, o ministro Prattini de Moraes, em seu discurso, disse o que ora passo a ler:

"Esta minha primeira visita a Sergipe representa para mim uma dupla alegria: venho conhecer esta brava terra sergipana e cumprir os seus compromissos pela comemoração do centenário de sua Associação Comercial.

Venho a Sergipe para conhecer uma região de cujas perspectivas econômicas tenho a mais otimista previsão: ao lado da economia tradicional sergipana, as torres de perfuração de petróleo e a continuidade da exploração de seu rico subsolo propiciaram a implantação de um poderoso complexo minério-industrial que transformará, até o fim desta década, toda a área que se prolonga do Recôncavo Baiano às barrancas do São Francisco, e atinge as Alagoas. Essa área, pela riqueza de seu subsolo, está destinada a ser um pólo de destaque no contexto nacional. Ou seja, um dos mais promissores centros de desenvolvimento industrial do Brasil.

Aqui jorra o petróleo e, em poucos anos, florescerá uma pode-

rosa indústria química de base, de importância estratégica para continuidade do desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil.

O Nordeste está hoje convocado para executar empreendimentos que transcendem os aspectos regionais e que representam programas essenciais para a continuidade do desenvolvimento industrial brasileiro.

Viajou, hoje, comigo, para Aracaju, e aqui está presente o General Edmundo Orlandini (Presidente da Companhia Nacional de Alcalis). Em Sergipe, o General Orlandini vai mostrar-me, amanhã, as áreas em cogitação para a instalação da segunda unidade brasileira de fabricação de barrilha, que em sua etapa final poderá atingir a 400 mil toneladas de barrilha por ano, barrilha que será produzida a preços competitivos para o mercado internacional, permitindo, outrossim, o pleno abastecimento à indústria brasileira, que utiliza essa matéria-prima.

A produção brasileira de barrilha encontrará em Sergipe a complementação necessária e os níveis de produtividade adequados à moderna indústria brasileira.

O desenvolvimento de novos e importantes programas de industrialização não nos levará a descuidar o apoio à modernização de setores tradicionais da economia sergipana, entre os quais destaco a agroindústria açucareira, a principal fonte de empregos da região.

O crescimento da demanda interna para consumo industrial e in natura e as perspectivas do mercado internacional constituem indicação clara da necessidade de modernização e fortalecimento da economia açucareira. Os estudos realizados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e o Banco do Brasil a respeito do panorama açucareiro de Sergipe, indicam a necessidade de providências específicas. Nesse sentido, já autorizei o Instituto do Açúcar e do Alcool a tomar as medidas necessárias para o suporte devido ao setor açucareiro deste Estado.

Chegando à noite, não me foi possível ver ainda as praias e os mares de Sergipe. Mas, tenho certeza que praias e mares deste Estado representam uma parcela importante no patrimônio turístico brasileiro. Permitam-se que termine na saudação à Associação Comercial de Sergipe e ao povo sergipano, repetir o que já disse, certa feita, aos seus vizinhos alagoanos: faturem esses

verdes mares e suas praias de sol. E contem, para tanto, com os incentivos da EMBRATUR.

Assim como a Transamazônica está integrando o Grande Norte do Brasil, em termos de colonização e ocupação da terra — o Petróleo e a Indústria Química irão integrar economicamente Sergipe no processo acelerado de industrialização do Brasil. Cumprem-se, assim, as diretrizes do Presidente Médici, sob cujo comando e liderança se constrói o Brasil de hoje."

Era este o pronunciamento que eu desejava fazer a esta Casa, Sr. Presidente, na tarde de hoje. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Constituição assegura a todo homem que trabalha uma série de direitos fundamentais, que estão disciplinados no art. 165.

Acontece, entretanto, que por motivos vários, o Poder Público tem admitido pessoas para prestação de serviços em Ministérios, Departamentos e outros órgãos da Administração, na estranha posição de "contra-recibos" ou "pessoal de recibo". Não são considerados servidores públicos nem privados. Mas trabalham. Sua situação é a de uma classe para a qual não existem os direitos do trabalho, imperativamente assegurados na Constituição. São dezenas de milhares de brasileiros que se encontram hoje nessa situação, em Brasília e nos Estados.

No exercício de nossa função fiscalizadora, denunciemos essa situação em discurso feito em 11 de novembro último e, para corrigir essa injustiça, apresentamos o Projeto n.º 100/71, estabelecendo que "todas as pessoas que prestem serviços à Administração Pública centralizada ou autárquica, terão sua situação jurídica regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que não estiverem amparadas pelo Estatuto dos Servidores Públicos".

Apesar dos protestos havidos na ocasião, neste plenário, nossa intervenção já produziu resultados positivos. Pois, um mês após, o DASP baixou a seguinte norma, publicada no Diário Oficial de 13 de dezembro de 1971:

"Pessoal de Recibo —

Formulação n.º 179

Constatada a existência de colaboradores retribuídos mediante simples recibo e admitidos, antes da vigência do Decreto n.º 67.561, de 1970, a prestar serviços de na-

tureza permanente, devem ser incluídos em Tabela Extinta de Pessoal Temporário e regidos pela legislação trabalhista."

Dando cumprimento a essa norma, os Ministérios estão publicando no Diário Oficial, Portarias destinadas a regularizar a situação destes servidores.

Faço justiça ao Executivo e o cumprimento pelas providências que começou a tomar. Mas é preciso lembrar que se impõem algumas providências complementares para que a lei seja respeitada na sua integridade.

Em primeiro lugar, é preciso assegurar, efetivamente, a esses servidores os direitos fundamentais que a Constituição e a Legislação do Trabalho estabelecem para todos os empregados. Entre esses direitos estão: a Carteira Profissional, que deve ser emitida em favor desses servidores; o salário-família, que lhes deve ser pago; a inscrição no INPS, para que os empregados se beneficiem da previdência social, o que também deve ser feito e não o está; o 13.º salário, que é também um direito de todos os servidores regidos pela legislação trabalhista.

Outras providências impõem-se também ao Executivo. A aplicação do regime da Legislação Trabalhista não se pode limitar, como diz esta norma, "aos admitidos antes da vigência do Decreto n.º 67.561/70, para prestar serviços de natureza permanente". A proteção deve estender-se, sem exceção, a todos os que prestam serviços à Administração Pública, sempre que não estiverem regidos pelo Estatuto dos Servidores.

A Constituição e a Legislação do Trabalho não estabelecem a distinção fixada na formulação do DASP.

Fazemos, por isso, um apelo aos diversos Ministérios, para que dêem integral cumprimento a essas disposições imperativas da legislação constitucional e da legislação trabalhista.

Ao lado dos nossos cumprimentos, apelamos para que se dê mais um passo no sentido do reconhecimento do direito afirmado na Constituição e na Legislação do Trabalho.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo às mãos de V. Ex.ª para, nos termos do Regimento Interno, fazer publicar nos Anais da Casa, pronunciamento versando sobre a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, pronunciamento este no qual se analisam minuciosamente todos os trabalhos já realizados pela mencionada Comissão, em benefício

da coletividade brasileira, inclusive os Projetos de Viabilidade Técnica e Viabilidade Econômica da Grande Usina de Urubupungá, que gera perto de 5 bilhões de KVA, para o Brasil.

Contém o presente pronunciamento a imagem da CIBPU nos altos organismos federais, como o Ministério das Minas e Energia, e através de palavras, mesmo, de Sua Excelência, o ex-Presidente da República, o saudoso Presidente Arthur da Costa e Silva, e conclui por um apelo aos eminentes representantes da região Centro-Sul do Brasil e aos Governadores daquela região, para que impeçam a extinção, prestes a se consumar, da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. Entendemos que a extinção desse organismo de planejamento, diga-se de passagem, o pioneiro em planejamento neste País, representa uma grande perda não só para São Paulo — que sempre teve em toda a sua História uma vocação integracionista, e com a extinção da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí passará a isolar-se no concerto dos Estados Brasileiros — representado isso um prejuízo não só para São Paulo, como para todo o Brasil.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex.ª permite um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com grande prazer.

O Sr. Franco Montoro — Um breve aparte, apenas para secundar as palavras de V. Ex.ª Acompanhei, desde a sua constituição, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí — um trabalho realmente pioneiro, como disse V. Ex.ª, em matéria de planejamento regional. Os frutos desse trabalho podem ser aferidos, entre outros, por um fato que talvez esteja no bojo do discurso que V. Ex.ª manda à publicação: foi ela que levantou o problema da construção da Usina de Urubupungá, que é das maiores construções da engenharia brasileira e mundial. Acompanhei o trabalho dessa Comissão em relação à produção agrícola e ao aproveitamento das possibilidades dos recursos da Região, e posso atestar o grande benefício por ela trazido para São Paulo e para o Brasil. Pode V. Ex.ª contar com a inteira colaboração de nossa parte, para o esclarecimento do problema e para um trabalho efetivo no sentido de que esta Comissão não venha a se extinguir, porque isto só trará prejuízos ao desenvolvimento de nossa terra.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Agradeço o aparte. V. Ex.ª talvez não tenha ouvido, mas eu mencionei inclusive que a CIBPU teria feito os estudos de viabilidade econômica e técnica e, mais ainda, os projetos técnicos da grande usina de Jupia e Ilha Solteira, que formam o complexo de Urubupungá.

Encaminho, portanto, esse pronunciamento para publicação, Sr. Presidente, e espero possa ele surtir os efeitos a que se destina. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — V. Ex.ª será atendido.

É o seguinte o discurso enviado à Mesa:

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Senhor Presidente, Senhores Senadores criada em clima de legítima aspiração desenvolvimentista, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí foi o resultado de uma Conferência: de Governadores realizada de 6 a 8 de setembro de 1951. Convocada pelo então Governador Garcez, conseguiu reunir os Estados da região Centro-Sul: Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que é, inquestionavelmente, a região geoeconômica mais poderosa e rica do País nela se registrando o desenvolvimento setorial mais acentuado.

A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, Senhores Senadores, já realizou, até o presente, dez encontros, desde aquele de 1961 (de 6 a 8 de setembro), na capital paulista, até o mais recente, a 10.ª Conferência dos Governadores, em Urubupungá, de 18 a 20 de fevereiro 1968.

Da reunião de Urubupungá, participaram, além dos Governadores dos Estados-membros da Comissão, o saudoso Marechal Arthur da Costa e Silva, então Presidente da República, vários Ministros de Estado, o General Emílio Garrastazu Médici, então Chefe do SNI, e hoje o nosso eminente Chefe da Nação, inúmeras outras autoridades e técnicos de renomado valor.

Questões de magna importância, não só para a região Centro-Sul, mas também para o País, foram debatidas e equacionadas na Conferência de Urubupungá, que, entre diversas proposições, adotou 35 (trinta e cinco) Resoluções.

Proposição dos Governadores

A Resolução n.º 3, resultante de Proposição dos Governadores, por iniciativa do Governador Peracchi Barcelos, do Rio Grande do Sul, considerada como Declaração de Urubupungá, é de tal relevância que não resistimos ao desejo de transcrevê-la para conhecimento desta Casa do Congresso Nacional.

Eis, na íntegra, a Declaração de Urubupungá, assinada pelos então Governadores Walter Peracchi Barcelos, Otávio Lage de Siqueira, Roberto Costa de Abreu Sodré, Pedro Pedrossian, Ivo Siqueira, Israel Pinheiro e Paulo Pimentel:

"Considerando as implicações internacionais que emergem dos problemas técnicos e econômicos da Bacia Paraná-Uruguaí, como foram postos em questão pelo Governador do Mato Grosso;

Considerando as razões relevantes e os interesses comuns dos Governos dos Estados que integram a Bacia Paraná-Uruguai em cooperar, em caráter permanente, com os organismos federais, aos quais incumbem as decisões sobre os objetivos nacionais na área da referida Bacia;

Considerando a experiência, convalidada por estudos, pesquisas e realizações da Comissão Interestadual Paraná-Uruguai.

RESOLVEM:

1. Recomendar à Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai que, de imediato, se organize, e em nível adequado e compatível com a relevância da proposição, a fim de prestar aos Governos dos Estados e às autoridades federais competentes a cooperação de experiência de seus órgãos técnicos em assuntos que envolvam interesses internacionais da Bacia Paraná-Uruguai;

2. Esta cooperação compreende: a) Estudos, pesquisas, exame de documentação e de projetos, de caráter internacional, que se possam vincular a interesses brasileiros na área da Bacia Paraná-Uruguai;

b) acompanhar, oferecendo a sua contribuição, a formulação dos objetivos nacionais na área da referida Bacia;

c) propor ao Conselho Deliberativo da CIBPU, nos termos da legislação brasileira, pertinentes às cooperações com organismos interessados na área da Bacia Paraná-Uruguai.

Urubupungá, 19 de fevereiro de 1968."

O Encontro de Urubupungá fez destacar alguns trechos que versam sobre a metodologia de trabalho e demonstram algumas realizações da Comissão. Do Relatório apresentado pelo Órgão Executivo, destacamos:

"Sabemos que o aproveitamento integral dos recursos naturais, compreendidos numa bacia hidrográfica, envolve, praticamente, o planejamento do desenvolvimento global e integrado da região.

De um ponto de vista técnico, apresenta-se o problema do estudo, regularização e aproveitamento dos rios, tendo em vista o controle das enchentes, o abastecimento de água, a geração de energia elétrica, os sistemas de irrigação etc.

Do ponto de vista econômico e social, apresentam-se os projetos do aproveitamento da energia elétrica gerada como fator de produção, a utilização da água para irrigação, a criação do transporte

fluvial, o desenvolvimento da indústria de pesca, a proteção da água contra a poluição e a criação de locais de recreação.

Do ponto de vista prático, dentre os possíveis problemas que a regularização dos rios permite resolver, existe um escalonamento de prioridades com base em graus de urgência e análises de custo-benefício.

Com a geração de energia, tornam-se, porém, possíveis projetos industriais, desenvolvimento agrícola, vida rural e urbana, enfim, geração e elevação do nível de renda, que vai exigir a solução dos demais problemas técnicos compreendidos no aproveitamento integral da Bacia hidrográfica."

E acrescenta mais adiante:

"De tais estudos resultou o projeto, hoje em construção, do Complexo de Urubupungá, definido pelas Usinas Geradoras de Jupia e Ilha Solteira, com uma capacidade prevista de 4.850.000 KW.

Outros projetos, porém, foram atacados e entre eles se destacam os do Canal de São Simão, no Rio Paranaíba, e Paranayara e Porto Mendes, no rio Paraná, de modo a assegurar, com a regularização do rio Paraná, uma ligação fluvial direta entre o Estuário do Prata e o Porto Itumbiara, a 350 quilômetros de Brasília.

O exemplo do Complexo de Urubupungá vale por uma metodologia de trabalho construída pela Comissão no sentido de:

1. Proceder os estudos básicos;
2. Selecionar os empreendimentos e demonstrar sua viabilidade;
3. Elaborar o projeto e planejar uma empresa capaz de executá-lo.

Realmente, a Comissão, desde o início de suas atividades, preocupou-se, tão-somente, com os estudos básicos relativos ao aproveitamento de recursos naturais, principalmente, hidrográficos. Jamais constituiu preocupação para ele a execução e a exploração dos empreendimentos, muito embora tivesse, no caso de Urubupungá, mandado elaborar o projeto e iniciado a sua execução."

A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai realizou inúmeros estudos publicados e a publicar, no período 1953/68, dos quais vale ressaltar:

Quanto aos estudos da Região: a) — Condições Geográficas e Aspectos Geo-Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai, 1955; b) — Recursos Florestais e Minerais da Bacia Paraná-Uruguai, em trabalhos autônomos, ambos em

1956; c) — Aspectos Demográficos e Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai, em 1963.

Quanto aos Rios da Região: a) — Levantamento topo-hidrográfico do Rio Paraná desde o Canal de São Simão até Guaira; b) — Idem, do Rio Ivaí desde a foz, no Paraná, até o km 600; c) — Levantamento do Baixo Tocantins entre Belém e Tabocas.

Relativamente ao desenvolvimento econômico da Região: a) — Curso de Planejamento Regional; b) — Análise do Centro-Sul como Região; c) — Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo — 1954 e 1958; d) — Estudos dos Obstáculos ao Desenvolvimento Industrial dos Estados da Região Sul; e) — Plano de Industrialização Regional — Alguns aspectos da Economia e Seleção de Polos de Desenvolvimento: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás; f) — Plano de Industrialização Regional — Estudos de Pré-Projetos para Investimentos em Média e Pequenas Empresas.

Entre outros, finalmente, incluem-se projetos de redes de Abastecimento de Água, de Esgotos Sanitários, Águas Pluviais e Estudos de Proteção contra Erosão, no norte do Paraná e Rio Grande do Sul.

Na CIBPU ficou evidenciada a vocação integracionista de São Paulo, pela visão de estadista de Lucas Nogueira Garcez, quando acolheu a proposta do então Governador e nosso eminente representante Matogrossense, Fernando Corrêa da Costa.

Vocação integracionista que vem encontrando eco em todos os Governadores que sucederam a Lucas Nogueira Garcez originando-se de parte do eminente ex-Governador Roberto Costa Abreu Sodré, as seguintes palavras na X Reunião de Governadores em Urubupungá: — "Como Presidente da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai e como Governador de São Paulo, assumo o compromisso: — o de que o Governo desse Estado vê as soluções paulistas solucionadas no Brasil, porque sabemos também que em grande parte os problemas brasileiros dependem da disposição, da vontade e, mais do que isso, do imperativo patriótico dos paulistas de ajudarem seus irmãos a cumprirem a missão da construção de um novo Brasil".

Na mesma X Reunião de Governadores, o então Governador de São Paulo, que fora eleito unanimemente Presidente da CIBPU, ao ser saudado pelo Governador Ivo Silveira de Santa Catarina, ouviu, como de resto o Brasil inteiro, o seguinte: "Devo,

em nome dos Governadores que integram a Bacia Paraná—Uruguai, fazer uma saudação ao eminente governador de São Paulo. Vossa Excelência não é apenas o escolhido dos sete Governadores. Vossa Excelência acaba, Senhor Governador de São Paulo, de assumir o compromisso de 75% do parque industrial deste País, com 55% da produção e com 63% da renda deste País”.

Com a posse dos novos Governadores dos sete Estados, a Presidência da CIBPU não se transferiu ao Governador de São Paulo. Uma nova Conferência de Governadores haveria de ser convocada para a avaliação dos trabalhos feitos daquela data a esta parte e escolhido o novo dirigente máximo do órgão, que recairia, naturalmente, na pessoa do eminente patrio Lauro Natel. Ao contrário da reunião, todavia, o que se iniciou foi um trabalho no sentido de caracterizar a desnecessidade de um órgão que tantos e tão relevantes trabalhos prestou à região Centro-Sul ao longo dos vinte anos de existência, inclusive não se convocando, desde a posse de S. Ex.^a, uma reunião sequer do órgão deliberativo da Comissão. Nenhum trabalho foi feito pela mesma no ano de 1971, com flagrante prejuízo para toda a região Centro-Sul do país, e a caracterizar sua ociosidade, mas por responsabilidade exclusiva de seu primeiro Vice-Presidente (por extensão, eis que seu mandato se extinguiu oficialmente com o término do mandato do governador Abreu Sodré...). Quando, na X Reunião de Governadores o então Governador de Mato Grosso dizia: “Assoma-se-nos uma grande indagação: indagação que humildemente transferimos a este Plenário, aos distintos ouvintes, convocando-os para o debate, franco e construtivo. Como se definiriam ou redefiniriam nesta etapa histórica de suprema significação os novos rumos da Comissão Inter-estadual da Bacia Paraná—Uruguai, de tantos êxitos, acertos e contribuição efetiva à solução dos problemas da região?”

Ao em vez disso, ao em vez discutir-se e debater-se o assunto “franca e construtivamente”, o que se está fazendo?

Razão tinha o Senador Corrêa da Costa quando, em fins do ano passado já demonstrava seus receios da extinção do órgão em brilhante discurso que teve apertados de solidariedade dentre outros, do eminente Senador Carvalho Pinto e Senador Magalhães Pinto, de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente.

O que se está fazendo? Agora, antes da XI Reunião de Governadores que é que teria as condições legais de tomar qualquer deliberação sobre os destinos da Bacia; Reunião que iria inclusive eleger o novo Presidente? — Se colhe assinatura dos Srs. Governadores

pura e simplesmente, num documento de extinção do órgão!!!

Em que pese a grande autoridade e patriotismo do eminente Governador de São Paulo, S. Ex.^a não é o Presidente da CIBPU e só o seria, não temos dúvida, na XI Reunião de Governadores, pelo voto dos Governadores dos seis Estados-membros — reunião essa que, pelo visto, não se realizará.

A extinção, de que ora se cogita, transferindo simplesmente o patrimônio da Comissão para o Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo, não se justifica sob nenhum aspecto.

Não podemos compreender o absurdo da medida que se pretende tomar, quando a Comissão, baseada na experiência de mais de 20 (vinte) anos de inestimáveis serviços prestados à Região Centro-Sul, procura melhor aparelhar-se com a criação do Fundo Patrimonial, podendo estruturar-se técnica e racionalmente para aperfeiçoar, mais ainda, os seus métodos de estudos e trabalhos, de acordo com a tecnologia moderna.

Extinguir, nunca; reformular a sua estrutura, sim.

A filosofia da CIBPU ficou nitidamente definida na X Conferência de Governadores e bem, assim, o seu prestígio na órbita federal.

Tanto que o ilustre Ministro Costa Cavalcanti, assim se expressou, por ocasião do encerramento daquele importante certame, asseverando:

“O campo de ação da CIBPU compreende territórios de 7 (sete) Estados da Federação, integrantes da região-geo-econômica da bacia hidrográfica Paraná—Uruguai, com uma superfície de 3.282.510 km quadrados, onde vive uma comunidade de cerca de 45 milhões de almas, equivalente à metade da população brasileira.

Essa área estende-se no rumo Norte-Sul, desde as cabeceiras do rio da Prata, e no rumo Leste-Oeste, desde a nascente do Rio Grande, Estado de Minas Gerais, até as divisões do Brasil com a Bolívia, Paraguai e Uruguai.

A Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai, como órgão de planejamento, integra-se perfeitamente na sistemática do grande trabalho de levantamento de recursos energéticos que vêm sendo realizados sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia, desde 1963”.

E o eminente Governador Lucas Nogueira Garcez, um dos fundadores da Comissão, ex-Governador de São Paulo e Presidente das Centrais Elétricas de São Paulo, assim se expressou:

“Os eminentes Senhores Governadores aqui hoje se reúnem pela décima vez e, por uma feliz coin-

cidência, vejo neste instante, à minha frente, o eminente Senador Fernando Corrêa da Costa, que no período em que dirigiu o Estado de São Paulo, havia recebido dos coestaduanos a honrosa missão de dirigir o Estado de Mato Grosso.

Estávamos ambos no primeiro ano de nossa administração, em 1951, quando recebi do Governador de Mato Grosso sugestão no sentido de reunirmos os demais colegas desta região geo-econômica para, em conjunto, estudarmos e planejarmos o aproveitamento das riquezas e, particularmente, o aproveitamento múltiplo das águas da Bacia Paraná—Uruguai.

Idéia extraordinária e generosa do Governador de Mato Grosso, que pôde frutificar pela aceitação dos seguintes colegas dos outros Estados de uma I Conferência de Governadores, realizada em setembro de 1951, quando se constituiu este organismo, que é “sui generis” na estrutura administrativa brasileira: não é uma autarquia, não é uma organização paraestatal, nasceu de uma deliberação conjunta de 7 Governadores Estaduais e realizou neste período uma obra bastante admirável e apreciável”.

“Aqui mesmo, neste canteiro de Jupiá, quando daqui a alguns meses as primeiras máquinas de Jupiá começarem a rodar, aqui mesmo teremos a medida de um dos muitos empreendimentos feitos pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai.

Esta Comissão planejou, neste Estado e em outros Estados do Brasil, uma série de empreendimentos, todos eles olhados no seu contexto, na sua integridade, dentro de uma verdadeira hierarquia de valores.

Este empreendimento — ainda com a palavra o eminente Professor Lucas Nogueira Garcez — que nasceu de uma mentalidade técnica, de um planejamento integral, alcançando não mais um Estado, mas uma região brasileira, tem como extensão natural, pela frente, uma nova etapa; é que estes estudos de “mise en valeur” de todas as nossas riquezas, nesta região, têm que ser continuados com os estudos que as Repúblicas vizinhas e irmãs também empreendem, a esta Comissão Interestadual está em íntima harmonia com as Comissões Federal e Internacional que também estudam o aproveitamento do Rio Paraná. Será outro grande serviço prestado não apenas à co-

letividade brasileira, mas, dentro do espírito que tem norteado nossa política, esta Comissão será também uma verdadeira escola nesta solidariedade continental e nesta real fraternidade que une os interesses de todas estas nações latino-americanas".

E, por fim, o pronunciamento do próprio Chefe da Nação que, num inspirado improviso, disse da CIBPU: "Acreditem, portanto, na Comissão Interestadual da Bacia do Paraná—Uruguai, acreditem em Urubupungá, porque não é obra para um governo. É obra de gigantes para vários governos. Basta que este país tenha tranquilidade e a paz que haveremos de lhe dar. Hoje um governo, amanhã outro, depois mais outro. Haveremos de dar ao Brasil esta grande obra, que é a integração nacional através deste grande rio."

Esta, Senhores Senadores, a Comissão que se pretende extinguir!

Faço um apelo veemente, como representante de um dos Estados-membros da CIBPU, aos meus nobres pares do Congresso Nacional, principalmente aos que representam o povo dos Estados de Minas Gerais, de Mato Grosso, a exemplo do nobre Senador Fernando Corrêa da Costa, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, no sentido de que não permitam que se efetive a extinção da Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai.

Particularmente, ao nobre Senador Carvalho Pinto, ao nobre Deputado Adhemar de Barros Filho, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Comissão nos períodos 1959—1963 e 1963—1965, e ao eminente Senador Fernando Corrêa da Costa, seu idealizador, estendo o nosso chamamento de SOS para que nos ajudem a salvar a Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai.

Tenho fundadas esperanças, Senhores Senadores, de que a Comissão sobreviverá, não apenas pela ação dedicada dos nobres representantes do povo no Congresso Nacional, mas, sobretudo, pelo espírito lúcido e patriótico dos Ilustres Governadores da Região Centro—Sul do País, sensíveis à necessidade de se manter um órgão ainda que reformulado na sua estrutura, do gabarito e da relevância da Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, no último e recente pronunciamento que fiz desta

tribuna, após externar receios e alinhar atos que levariam, pelo menos aparentemente, à procrastinação das obras de construção do trecho piauiense da rodovia Fortaleza—Brasília, através da ligação proporcionada pela BR-407, Picos (Piauí)—Petrópolis (Pernambuco), sustentei, a par da frustração a que tal decisão importaria, a legitimidade do direito de cinco Estados de reclamá-la.

Fui mais longe. Após demonstrar que o trajeto atual, concluídas as ligações Ibotirama—Barreiras e Barreiras—Formosa, satisfaz apenas aos interesses dos Estados da Bahia e Pernambuco, mais acentuadas na hipótese, embora remota, da construção do trecho Juazeiro—Seabra, ponto de conexão da BR-122 com a BR-242, afirmei que o Piauí tem melhor alternativa a oferecer aos que, como ele, são contemplados pelo traçado da Fortaleza—Brasília.

Realmente, mas sugestões feitas pelos engenheiros rodoviários Crisipo Neves Batista de Miranda e José Arimatéa Machado ao Governo do Piauí, em documento datado do início do ano próximo preterito, depois da afirmação de que o Governo, ainda em 1957, determinou a "criação de uma Comissão Especial, no âmbito do DNER, com a finalidade de construir e pavimentar, em tempo recorde, a ligação rodoviária Rio—Belo Horizonte—Brasília", de que "paralelamente destinavam-se recursos substanciais para a efetivação da ligação São Paulo—Brasília, via triângulo mineiro, e ainda para a São Paulo—Curitiba, complementando um elenco de medidas que permitiram a integração de Brasília, através de rodovias pavimentadas de primeira classe, com todas as capitais do centro-sul, "e de que, por outro lado, com a "implantação da Belém—Brasília e da Brasília—Acre cuidava-se também da integração da Capital com a Amazônia", disseram os citados técnicos, com certa amargura, denunciadora talvez das próprias origens, que "quanto ao Nordeste, não só teve que esperar por uma incômoda terceira prioridade, através da Rio—Bahia, concluída apenas em 1962, mas também teve de se conformar com uma ligação, a todos os títulos precária, quer pela qualidade, pois o asfalto atingia apenas Salvador, quer ainda pelo excessivo alongamento, pois para ir de qualquer capital do nordeste a Brasília necessitava-se, ainda hoje, chegar praticamente ao Rio de Janeiro".

Feita esta ligeira digressão, que é importante como embasamento do ponto de vista defendido, retomo a tese a que me propus, no pronunciamento anterior e no início deste, sustentar. E o faço, em várias passagens transcrevendo conceitos emitidos no documento a que aludi, sempre atento à capacidade técnica, inclusive

vinculações profissionais, dos seus ilustrados autores.

Desprezada a tradição e, em consequência, deslocado do Rio de Janeiro o ponto central de partida do sistema viário, impõe-se fixá-lo no interior, precisamente em Barreiras, na Bahia, marco de convergência natural de todas as ligações do Nordeste com Brasília.

Com esta ótica, "chega-se à conclusão de que, com investimentos adicionais relativamente baixos, será possível otimizar ao máximo todos os investimentos já realizados na pavimentação da rede rodoviária básica do Nordeste, uma vez que a ligação sugerida representa, em termos práticos, o lugar geométrico das ligações rodoviárias mais econômicas de Brasília com as capitais do Nordeste, de Salvador a São Luis.

Em outras palavras, na linguagem dos economistas, a ligação aqui considerada maximiza os benefícios e minimiza os custos, em relação a qualquer outra, considerando-se o conjunto das capitais do Nordeste".

Os comentários até aqui externados, Senhor Presidente e Senhores Senadores, conduzem à fixação da alternativa para a hipótese de não ser possível, a curto prazo, a construção total da BR-020.

Como efeito, ao invés do percurso tendo como ponto de convergência a cidade de Picos, mas flexionado para Petrolina, Feira de Santana — Paraguará — Ibotirama — Barreiras, o Piauí oferece excelente opção, traduzida em ligação que tem como "pólos principais — Brasília — Barreiras — Teresina. São Luis e Fortaleza, com a forma de um grande ípsilon abrindo o leque em Teresina".

Na verdade, concluída que está a pavimentação asfáltica São Luis—Teresina, e prevista para outubro próximo vindouro a inauguração do trecho Sobral—Piripiri, temos que, dentro de cinco meses, estará inteiramente consolidada a parte superior do ípsilon.

Restará, por conseguinte, a parte inferior, que será representada pela ligação Teresina—Barreiras. E a solução é simples, sem as complicações e dificuldades que à primeira vista poderiam emergir.

De fato, está pavimentado o trecho da BR-343, coincidente com a BR-316, Teresina—Estaca Zezo. Mas a BR-343, depois de passar por Floriano, atinge a cidade de Bertolínia.

Ora, a diretriz da BR-343 é, praticamente, comum à da PI-4, há vários anos construída, inclusive a grande ponte sobre o rio Canindé, nas proximidades de Amarante.

Cabe, agora, implantá-la definitivamente, pois que tem somente sete metros de plataforma, e asfaltá-la, o

que, aliás, já está nas cogitações do Ministério dos Transportes. E a providência se impõe, ainda mais porque, na cidade de Floriano, a BR-343 corta a BR-230, no Piauí, comum à rodovia Transamazônica.

De outro lado, a partir de Bertolínia, ponto terminal da BR-343, a PI-4 passa a coincidir, em longo trecho, com a BR-135, que, antes de atingir Barreiras, atravessa vastas áreas do território piauiense.

Ocorre que a administração do Estado, em 1968, decidiu construir, com o trecho Canto do Buriti—Eliseu Martins, a parte final da PI-4, precisamente o eixo Bertolínia—Eliseu Martins—Bom Jesus—Monte Alegre do Piauí—Gilbués—Corrente—Cristalândia, com a extensão de quinhentos quilômetros, atualmente em fase de conclusão, certo de que o Governo atual decidiu completar a obra do seu antecessor.

A verdade manda que se diga, e se proclame, que o Governador Alberto Silva, convencido da imperiosa necessidade daquela estrada de penetração e de integração, quer mais. E, com os aplausos gerais dos piauienses, pretende asfaltá-la, para o que já contratou os primeiros cem quilômetros, correspondentes ao trecho Floriano—Itaueira.

Não há dúvida, pois, de que, contando com recursos destinados às BR-343 e 135, ou de outras fontes, o Governo do Piauí concluirá e pavimentará a parte restante da PI-4. E, "implantando e pavimentando o que resta dessa ligação, todas as capitais do Nordeste estarão ligadas a Brasília pelo caminho mais curto, que é o do interior, com o benefício adicional de criar mais um fator de desenvolvimento para regiões até então marginalizadas, da Bahia, de Goiás e do Piauí".

O Sr. Osires Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. HELVÍDIO NUNES — Com todo prazer.

O Sr. Osires Teixeira — Eminentíssimo Senador Helvídio Nunes, tentando visualizar os percursos que V. Ex.^a enunciou, um a um, das PIs e das BRs que procuram integrar não propriamente o Estado do Piauí mas os Estados do Maranhão, de Goiás e da Bahia, verifica-se, sobretudo pela linguagem eminentemente de economista que V. Ex.^a usa neste seu pronunciamento, que representa uma nova faceta da personalidade de V. Ex.^a que eu não conhecia: a de lidar bem com a maximização e minimização das vantagens de determinados investimentos; significa nitidamente a correção do raciocínio de V. Ex.^a Sem dúvida, a procura de maximização de determinadas estradas-tronco, como a BR-020, deverá ser encontrada através de avaliações como a que V. Ex.^a

faz na tarde de hoje e praza aos Céus que o Ministério dos Transportes, lendo e relendo, com o carinho que deve dispensar aos pronunciamentos feitos nesta Casa, possa integrar o grande esforço do Ministério dos Transportes, com as extraordinárias atividades que vem desenvolvendo o Governo do Estado do Piauí, em estradas, e que representam verdadeiramente o sentido da construção econômica do grande Piauí de amanhã, que irá aparecer com essa integração que V. Ex.^a reclama com muita justiça e com muita propriedade na tarde de hoje.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Muito grato a V. Ex.^a, Senador Osires Teixeira, pela honra que me concede com sua valiosa colaboração à matéria que, neste fim de tarde, focalizo da tribuna do Senado da República.

Devo entretanto esclarecer a V. Ex.^a que, embora tenha o maior respeito, a maior admiração pelos economistas, nem sempre adoto os seus ensinamentos.

Tenho por hábito também, na minha vida, não procurar incorporar ao meu patrimônio aquilo que ao de outros pertence.

E quando falei em maximizar e minimizar, fi-lo reproduzindo conceitos emitidos por dois ilustres piauienses, assessores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e que prestaram grande colaboração ao Governo do meu Estado, fornecendo-lhe os dados que reproduzo neste pronunciamento e que justificam a construção do grande *ípsilon*. Mas é preciso também fique claro que o grande *ípsilon*, como digo no final do meu discurso, é apenas a opção, a alternativa, enquanto o Ministério dos Transportes não resolver construir, como é desejo generalizado dos piauienses, a BR-020.

Por isso, nobre Senador Osires Teixeira, com a renovação dos meus agradecimentos, da minha estima pessoal por V. Ex.^a, quero dizer-lhe, repetindo, que a PI-4 é apenas uma alternativa, uma opção, pois que interessa fundamentalmente ao Piauí a construção da BR-020, Fortaleza—Brasília.

Esta a opção, a alternativa sugerida no discurso em que reclamei, em nome do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí a construção da Fortaleza—Brasília.

Agora, com o propósito de adequar à conveniência ditada pelos fatos a expressa pelos números, transcrevo o item 2 das sugestões dos eminentes técnicos rodoviários inicialmente citados:

SITUAÇÃO ATUAL DA LIGAÇÃO E SUA POSIÇÃO EM RELAÇÃO AS DEMAIS CAPITAIS

A ligação, ora sugerida, Brasília—Teresina — Fortaleza — São Luís, denominada "Grande *ípsilon*" é

constituída de um elenco de rodovias federais, abaixo discriminadas, com as respectivas quilômetros.

2.1 — O Grande *ípsilon*

2.1.1 — Situação Física

Partindo de Fortaleza, a situação é a seguinte:

BR-222 — Fortaleza — Piripiri: 426,5 km; BR-343 — Piripiri — Teresina: 162,9 km; BR-343 — Teresina — Bertolínia: 397,0 km; BR-135 — Bertolínia — Barreiras: 580,5 km; BR-020 — Barreiras — Brasília: 633,0 km.

Partindo de São Luís, o trecho Teresina — Brasília é comum, restando apenas o trecho de São Luís a Teresina, assim compreendido:

BR-135 — São Luís — Peritoró: 225,9 km; BR-316 — Peritoró — Teresina: 193,2 km.

Desse modo, as distâncias daquelas Capitais até Brasília são as seguintes:

Brasília — Fortaleza: 2.221 km;
Brasília — São Luís: 2.029 km;
Brasília — Teresina: 1.610 km."

Senhor Presidente e Senhores Senadores, a alternativa apresentada não pode ser descaracterizada. É uma opção, sim, mas opção válida, racional, lógica, possível, atual.

Presta-se, é evidente, para uma solução a curto prazo, precisamente porque o Piauí, em nenhuma hipótese, poderá prescindir da construção da rodovia Fortaleza—Brasília.

Ao Piauí interessa, fundamentalmente, a edificação de ambas as ligações para o seu desenvolvimento econômico e social.

Na espécie, vale ainda enfatizar, o Piauí não defende interesses que importem em exclusivismo. As duas soluções propostas atendem ao Nordeste, que será melhor servido e atendido com as construções do Grande *ípsilon* e da Fortaleza—Brasília, aquela como a "alternativa mais econômica para a ligação direta de Brasília com todas as capitais do Nordeste por estradas pavimentadas, considerando-se os investimentos já realizados e aqueles que estão em curso de desenvolvimento na área do Ministério dos Transportes", esta com o participante do Plano Rodoviário Nacional, destinada a cobrir vazios territoriais e demográficos, com repercussões íntimas na esfera da segurança nacional, fator decisivo de integração nacional, elemento indispensável ao crescimento harmônico do País.

Ajo na convicção de que os problemas existem e precisam ser, por isto mesmo, debatidos. E porque são muitos no Nordeste, e porque sou nordestino, tenho o dever de debater os.

Ao patriotismo, ao estudo e à sensibilidade do Governo Garrastazu Mé-

dici, através da competência e da ação diligente do Ministro Mário Andreazza, entrego a questão, convencido de que o Piauí, que já lhe deve muito, passará, com a construção do Grande Ipsilon e da Fortaleza—Brasília, a dever-lhe muito mais. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, o desespero de causa nos arraisais do MDB em Goiás tem arrastado os elementos que compõem o Partido da Oposição, em meu Estado, a posições verdadeiramente ridículas.

Não faz muitos dias, tivemos aqui, lembro a V. Ex.^{as}, o caso do Deputado José Freire, como que fazendo "tempestade em copo d'água", no caso do afastamento do Prefeito de Nova Roma — episódio sem qualquer relevância, especialmente para o MDB, vez que tratava-se de prefeito da ARENA. Mas, o que interessava, como ficou exaustivamente provado, era tentar escandalizar a opinião pública.

Frustrados naquele episódio, voltam agora na vã tentativa de empanar o brilho da obra administrativa do Governador Leonino Calado. E como o fazem? Fazem-no fornecendo informações distorcidas ao jornal "O Estado de S. Paulo" a respeito da administração estadual, as quais publicadas, como soem ser todas as matérias estampadas no prestigioso órgão da nossa imprensa, tiveram grande repercussão, lamentavelmente negativa.

Trata-se, Senhor Presidente, da notícia estampada na primeira página de "O Estado de S. Paulo", do dia 29 do corrente, sob o título "CAIADO DOMINA GOIÁS" onde, como já afirmel, numa vã tentativa de intriga, o MDB, por algum de seus membros que não se identifica, presta mais um desserviço à verdade.

Eis aqui o publicado pelo "O Estado de S. Paulo", que passo a ler:

CAIADO DOMINA GOIÁS Da Sucursal de Brasília

Trinta e cinco parentes e afins do governador Leonino Calado ocupam cargos na administração ARENA no Estado, segundo lista elaborada pelo MDB goiano e ontem divulgada em Brasília. Há casos que chamam mais a atenção, como o da esposa do secretário da Educação — cunhado do governador — que é assessora da esposa de Leonino Calado.

Na lista figuram as seguintes pessoas, como a indicação dos cargos e grau de parentesco com o governador: 1) governador do Estado, Leonino Calado; 2) presidente da ARENA, José Fleuri, primo do governador; 3) procura-

dor-geral do Estado, Arlindo Caiado Gaudy Fleuri, primo do governador; 4) secretário de Fazenda, Ibsen Henrique Caiado de Castro, primo do governador; 5) secretário da Educação, Hélio Mauro Lobo, cunhado do governador; 6) secretário sem pasta para Informações, Matias Pinheiro, cunhado de Hélio Mauro e do governador; 7) líder do governo, Nelson de Castro, cunhado de José Fleuri; 8) superintendente do Consórcio de Divulgação e da Agência Goiana de Notícias, Prestes Paranhos, cunhado do governador, casado com Leolita Caiado; 9) superintendente do Desenvolvimento Agrário, Luís Guedes de Amorim, casado com Lenita Caiado, primo do governador; 10) diretor-comercial da Empresa de Eletricidade, cel. Itamar Viana, casado com Elcy Caiado, irmã de Emival Caiado e prima do governador; 11) diretor do Saneamento, João de Barros, concunhado do governador e cunhado de Leão Caiado; 12) secretário de Governo e Planejamento, Benjamin Roriz, casado com a prima de Nelson de Castro e da senhora José Fleuri; 13) diretor do GRISA, José Lobo, tio do secretário Hélio Mauro; 14) diretor da Companhia de Armazéns e Silos, Marcondes Ribeiro, cunhado de José Fleuri e irmão de Nelson de Castro; 15) diretor da METAGO, Delnom Calxeta, genro de Denvai Calado, primo do governador; 16) assessor da COEG, Manoel Demostenes Siqueira, cunhado de José Fleuri; 17) Paulo Porto, diretor do CERNE, cunhado de José Fleuri; 18) chefe dos Escritórios do Governo, coronel Americano do Brasil, sobrinho de Mirtes Calado Americano do Brasil, tia do governador; 19) diretora da ESEFEGO, a esposa de Matias Pinheiro, cunhada do governador; 20) secretária da primeira dama, a esposa de Hélio Mauro; 21) Marcos Rocha Lima, diretor da COTELGO, casado com a sobrinha do deputado Brasília Caiado; 22) presidente da ARENA de Anápolis, Edenvai Ramos Calado, primo do governador; 23) senador Emival Caiado, primo do governador, membro do Diretório da ARENA; 24) deputado federal Brasília Calado, primo do governador, membro do Diretório da ARENA; 25) deputado Elcival Caiado, primo do governador; 26) deputado Leão Caiado, irmão do governador; 27) diretor de Caça e Pesca, Leolidio Caiado, irmão do governador; 28) diretor do Mutirama, Edgard Magalhães Melo, tio da mulher do governador; 29) assessor da Assembléia Legislativa, Alcyon Rocha Lima (nomeado sem con-

curso pelo ex-presidente Elcival Caiado), casado com uma prima do governador; 30) desembargador Romeu Pires de Campos Barros, casado com uma prima de José Fleuri; 31) desembargador Emílio Fleuri, primo de José Fleuri; 32) Celso Fleuri, primo de José Fleuri; 33) Arinam Caiado Fleuri, primo de José Fleuri e do governador; 34) Eugênio de Brito Jardim, chefe do Departamento de Arrecadação, primo do governador; e 35) o inspetor-geral de Finanças, Antonio Azeredo Coutinho, cunhado do secretário da Fazenda.

Na verdade, Sr. Presidente, sabe V. Ex.^a, como sabem os Srs. Senadores, que a mentira tem pernas curtas e prevalece até que a verdade chegue.

Aqui está um esclarecimento que julgo da maior importância, estampado nas páginas do "O Popular", edição de hoje, sob o título "DENÚNCIA É CONTESTADA":

DENÚNCIA É CONTESTADA

Porta-vozes do Palácio das Esmeraldas informaram ontem que o governador Leonino Calado não se preocupou muito com os termos da notícia publicada na primeira página do jornal "O Estado de S. Paulo", relacionando "35 parentes e afins que ocupam cargos de confiança na administração de Goiás ou em diretórios da ARENA no Estado", por considerar que se trata de trama política, preparada por elementos que "à falta de outros expedientes para criticar o governo, recorrem a processos pouco recomendáveis". O Governo entende que, num Estado como o de Goiás, criticar o Governador por ter parentes na administração estadual é muito fácil, tanto quanto contestar as críticas nesse sentido, uma vez que "qualquer golano que pretenda a governadoria, terá por antecipação dezenas de funcionários estaduais entre os 40 mil que compõem os quadros das diversas repartições públicas, nomeados no correr do tempo pelos governos anteriores.

Ao que se informou, o Governador Leonino Calado não atribuiu importância ao episódio, tendo afirmado a seus auxiliares, numa reunião ontem à noite (ele se encontrava em sua fazenda, de onde só retornou por volta de 18 horas) que encaminhará hoje uma carta à direção do jornal paulista, explicando a situação, caso por caso. "em respeito ao jornal, que considera um dos mais importantes do País" mas sem deixar se levar "por críticas que compreende terem sido elaboradas em Brasília com finalidade

exclusivamente de natureza político-partidária."

Examinando os termos da denúncia, a assessoria do Governador chegou à conclusão de que, dos 35 nomes apontados, 15 não são parentes do sr. Leonino Caiado, 4 não exercem cargos públicos, 1 não é funcionário do Estado, 4 são desembargadores nomeados pelo Governador anterior, 5 são parlamentares eleitos antes da posse do atual governador, 2 exercem cargos efetivos, sem nenhuma remuneração extra e apenas quatro exercem funções relevantes, em decorrência de escolha do governador do Estado para ocupar cargos de confiança.

Vê-se, aí, Sr. Presidente, que os 35 ficam, efetivamente, reduzidos a 4. Mas, prossegue a nota:

"Os levantamentos feitos ontem por fontes ligadas ao Governo dizem que não são parentes do Sr. Leonino Caiado — e estão mencionados na denúncia" os Srs. Nelson de Castro, Benjamim Roriz, José Lobo, Marconi de Castro, Manoel Demóstenes, Paulo Porto e Antônio Augusto de Azevedo Coutinho, Luiz Guedes de Amorim, Americano do Brasil, Itamar Viana, João de Barros, Delmon Caixeta, Marcos Rocha Lima e Eugênio de Brito Jardim; não exercem cargos públicos os Srs. José Fleury, Manoel Demóstenes, Maria Aida Lobo (esposa do Secretário Hélio Mauro) e Ederval Caiado; não é funcionário estadual o Sr. Edgard Mascarenhas; são Desembargadores nomeados pelo Governador anterior os Srs. Romeu Pires de Campos Barros, Emílio Fleury, Celso Fleury e Arinan Loiola Fleury; são parlamentares eleitos antes da posse do atual Governador os Deputados Nelson de Castro, Brasília Caiado, Elcival Caiado e Leão Caiado e o Senador Emival Caiado; exercem cargo efetivo, sem nenhuma função gratificada, tendo sido nomeados por Governadores anteriores, os Srs. Mathias Pinheiro de Lemos e Alcione da Rocha Lima.

Bem sei da seriedade desse jornal, que não publicaria essa matéria se não a recebesse de uma fonte que inspirasse uma certa confiança ou que, pelo menos, tivesse a responsabilidade de merecer esta confiança. Mas, a verdade, como está nessa nota de esclarecimento, é que dos 35 somente 4 parentes do Governador ocupam efetivamente cargos de confiança do Governo.

Mas, prossegue essa nota:

Segundo a informação, o Governador nomeou para cargos de confiança apenas os Srs. Ibsen Henrique de Castro (primo em grau distante), Hélio Mauro

Umbelino Lobo (concunhado), Luiz Carlos Prestes Paranhos (cunhado) e o sertanista Leoldio Caiado (irmão). Mas acha que, tratando-se de cargos de confiança, da escolha pessoal do Governador, nada há que o impeça de fazê-lo, desde que se considere que as escolhas atenderam plenamente os interesses do serviço.

O Governador, ao analisar a publicação do jornal paulista, manifestou em primeiro plano a preocupação pelo destaque dado à notícia (alto da primeira página, numa edição dominical), pois acha que a contestação será uma tarefa fácil. E vai fazê-la numa carta dirigida a O Estado de S. Paulo, tendo como portador o assessor de imprensa do Governo. Nela serão mencionados, por nome, as pessoas focalizadas pela denúncia, indicando condição funcional, época da nomeação e grau de parentesco com o Governador, para atestar que as informações são falsas e que alguns dos nomes foram deliberadamente modificados com a inclusão do sobrenome "Caiado", para dar à notícia uma proporção que, segundo o Governo, ela efetivamente não mereceu.

O Sr. Osires Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Ouço o nobre Senador Osires Teixeira.

O Sr. Osires Teixeira — Eminentíssimo Senador Benedito Ferreira, estava ao telefone quando V. Ex.^a iniciou seu discurso — e não sei se V. Ex.^a se preocupou, como era do meu agrado, em dizer que estaria fazendo este pronunciamento, na tarde de hoje, em nome da Representação de Goiás nesta Alta Casa legislativa. Se V. Ex.^a não o fez, me permitiria pedir que o formulasse em nome da Bancada em que tenho assento nesta Casa, como Representante de Goiás, vez que essa delegação é necessária não em função de a Bancada contar com três Senadores da ARENA, mas importante porque o pronunciamento de V. Ex.^a recoloca as coisas nos seus verdadeiros termos, porque o pronunciamento de V. Ex.^a avisa fazer justiça a um homem que está preocupado com o engrandecimento de Goiás. Não há dúvida de que essa nota, naturalmente procurando dar imagem diferente do Governo e do Estado de Goiás, não condiz com o valor e com a honradez do povo goiano. V. Ex.^a está de parabéns. Seu pronunciamento traduz a verdade do que ocorre em Goiás nos tempos de hoje.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Muito obrigado, nobre Senador Osires Teixeira.

O testemunho e o aval de V. Ex.^a a meu pronunciamento são inquestionavelmente valiosos.

Sr. Presidente, o que em verdade ocorre no nosso Estado, a exemplo do que tenho mencionado aqui reiteradamente, é o divórcio da Oposição com a realidade dos fatos. E cada vez mais aí estão os números, aí estão os dados estatísticos para atestá-lo. Cada vez mais a Oposição vai-se distanciando do povo e, — por que não dizer — distanciando-se do poder, porque desorientada. Após infelicitemos nosso Estado por mais de 30 anos, inclusive 15 anos estribados numa ditadura impiedosa, hoje esses homens compõem a Oposição.

Sr. Presidente, trata-se de uma figura um tanto quanto caduca, mas me faz lembrar sempre a Oposição no meu Estado aquele pinto abandonado na chuva e criadinho embrulhado nos panos de fogão, à sombra e ao calor do fogão. Quando jogado às intempéries, quando jogado à chuva não tem esse frangote condições para enfrentar a inclemência da natureza.

É o que aconteceu e vem acontecendo, acentuadamente, no meu Estado com a Oposição. Aqueles que, donos do poder, mandaram e desmandaram por mais de 30 anos, pendurados nos cargos públicos, gozando de todas as benesses palacianas, de repente, apeados do poder, não sabem comportar-se como realmente deve comportar-se o verdadeiro oposicionista, fazendo críticas oportunas, muitas vezes contundentes, mas embasadas na verdade.

Não foram eles forjados, não foram eles temperados para esse tipo de luta. Dai porque nós, que vivemos em Goiás, que ali nascemos e os conhecemos bem, não estranhemos tal comportamento. No entanto, aqueles mal-informados, aqueles que não conhecem nossa política, muitas vezes hão de indagar: por que esse comportamento, se tem resultado, cada vez mais, em prejuízo eleitoral para o MDB no Estado? A razão é que os oposicionistas não estão preparados para as intempéries. E esse despreparo tem levado o MDB, como aqui bem enfatizei, a críticas apressadas, a críticas infundadas. Consequentemente, o MDB mais vai-se depreciando ante a opinião pública, mais vai diminuindo sua representação tanto na Assembleia Legislativa como no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este pronunciamento, em nome da Representação do nosso Estado nesta Casa, com a outorga que me foi dada pelos ilustres Colegas Osires Teixeira e Emival Caiado, faço-o por respeito à opinião pública nacional.

Aproveito o ensejo para dizer que Goiás vai bem, e vai bem porque em Goiás se trabalha, em que pese às aves de mal-agouro, em que pese aos desesperos dos nossos opositores. Es-

se episódio, estampado, da forma como o foi, pelo *O Estado de S. Paulo*, se verdadeiro, inegavelmente era de causar espanto, era de causar espécie.

Sr. Presidente, em Goiás há o afã incontido de crescer, o afã incontido de produzir e ser digno daquela condição geográfica que a natureza nos reservou: espinha dorsal deste País que tem pressa, deste País que marcha célere para sua condição de Brasil-grande.

Nestas condições, Sr. Presidente, creio que justifico este esclarecimento, em trazendo o problema ao conhecimento da Casa, para que conste dos Anais, e, ao mesmo tempo, para que a opinião pública brasileira, dele tomando ciência, de fato saiba que em Goiás existe uma administração ciosa, uma administração responsável, uma administração realmente identificada com o ideal da Revolução de Março de 1964.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Franco.

O SR. AUGUSTO FRANCO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Senadores; por força de requerimento que tive a honra de apresentar, o Senado esteve presente, através comissão previamente designada, às solenidades que marcaram, em Aracaju, o centenário da Associação Comercial de Sergipe.

Aqui estou para testemunhar o sucesso do acontecimento, o qual sensibilizou o meu Estado, motivou o Nordeste e autoridades federais para mais um encontro em torno da política nacional de desenvolvimento. Convertido, por instantes, em tribuna das aspirações mais legítimas do Nordeste, Sergipe, fiel a um passado que o fez instrumento de renovação do pensamento nacional, recebeu em festas homens e líderes comprometidos com o novo despertar da nacionalidade.

O Presidente do Congresso Nacional, Senador Petrônio Portella, abriu o ciclo de conferências e debates programados pela Associação Comercial de Sergipe. O Brasil ouviu atento a palavra do atualizado homem público, modelo de coerência na luta por uma democracia social fundada na participação de todo cidadão no desenvolvimento que se deseja rápido, harmônico, integrador. Averso às fórmulas rígidas, às ortodoxias em despedida, o Senador Petrônio Portella compatibilizou, oportuna e objetivamente, a livre iniciativa com a presença do Estado, termos da equação do desenvolvimento em uma socieda-

de aberta, marcada em todos os seus setores, pelas transformações da tecnologia vitoriosa.

Sergipe recebeu, também, no período, a visita do Senhor Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento, General Evandro de Souza Lima, Superintendente da SUDENE, General Edmundo Orlandini, Presidente da Companhia Nacional de Alcalis, Sr. Camilo Calazans, Diretor do Banco do Brasil, outras autoridades, homens públicos e jornalistas de diferentes Estados. Reencontravam-se com o Nordeste, mergulhavam em seus problemas, ascultavam suas populações, apontavam caminhos e roteiros operacionais tão nordestinos quanto brasileiros. Sergipe, de modo particular, foi visto em suas potencialidades, entendido em seus sonhos, compreendido em suas reivindicações. O Ministro da Indústria e do Comércio, Marcus Vinicius Prattini de Moraes, ao encerrar as comemorações do centenário da Associação Comercial de Sergipe, reafirma sua crença no desenvolvimento e o empenho do Governo Federal em dinamizar, em benefício do País, o aproveitamento racional dos recursos minerais sergipanos. Por feliz coincidência, a palavra de um jovem, de um Ministro novo, dimensionava e enriquecia, no setor dos minerais e fertilizantes, a problemática novíssima.

Em seu realismo político desenvolvimentista, em sua visão otimista da industrialização brasileira, o Ministro Prattini de Moraes renovou, no Nordeste, a confiança do Presidente da República, na vitória definitiva da política de integração nacional. Vitória dos Estados se desenvolvendo juntos. Vitória dos investimentos produzindo trabalho para todos. Vitória da técnica modernizando velhas estruturas. Vitória do povo brasileiro corrigindo distorções entre Estados e desníveis entre classes. Viuse, então, em Sergipe, o Brasil consciente do seu destino, empresários e Governo irmanados no estudo e na construção da riqueza comum. O Nordeste, dessa forma, reaje à marginalização injusta, convicto de que a harmonia social e o florescimento das instituições pátrias são, também, um imperativo do País crescendo igual e equidistantemente para todos os brasileiros. Reafirme-se, por oportuno, que a grande ideologia do Brasil é a posse, pela Nação, da consciência da sua própria grandeza.

No Brasil em transformação, ameaçados estarão os Estados que não souberem transformar-se. Na hora da tecnologia, é temerário não tecnificar. Na vez da união consciente dos homens, é desatino não somar indivíduos e classes em torno dos grandes objetivos e decisões nacionais. Sentindo e pressentindo o fenômeno, o País, em desenvolvimento, integra Estados e aspirações e marcha vitorioso para a

conquista do mercado exterior. O enriquecimento interno é, em última análise, garantia de projeção internacional.

Vive-se, Brasil afora, tal estado de espírito, esta filosofia política integradora. Sergipe testemunhou, nas solenidades do centenário da sua Associação Comercial, a grandeza deste projeto nacional que tem o desenvolvimento como começo e o homem como fim. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não estando presentes no recinto os nobres oradores inscritos e nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, vou encerrar a Sessão. Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 10, DE 1971

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 10, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a data do reajustamento de aposentadorias, benefícios e pensões no INPS, tendo

PARECER, sob n.º 115, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com declaração de voto do Sr. Senador Nelson Carneiro.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 17, DE 1971

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 17, de 1971, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dá nova redação ao § 1.º do artigo 30 e ao § 7.º do artigo 32 da Lei n.º 3.807, de 26-8-60 (Lei Orgânica da Previdência Social), dispensando a exigência do afastamento da atividade ou emprego para gozo das Aposentadorias por Velhice e por tempo de Serviço, tendo

PARECERES, sob n.ºs 39 e 40, de 1972, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, favorável, com voto vencido do Sr. Senador Orlando Zancaner.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

Está encerrada a Sessão.

BIOGRAFIA DO PROFESSOR FRANCISCO PINHEIRO GUIMARÃES, PUBLICADA NO JORNAL DO BRASIL, EDIÇÃO DE 28-11-71, SOB O TÍTULO "UM EXEMPLO AOS BRASILEIROS", QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 21/72, DE AUTORIA DO SENADOR BENJAMIN FARAH, APROVADO NA SESSÃO DE 30-5-72.

FRANCISCO PINHEIRO GUIMARÃES
(1871-1971)

Um Exemplo aos Brasileiros

"O homem é o nome póstumo. A parte individual da nossa existência, se é a que mais nos interessa e comove, não é por certo a maior. Além desta, há outra que pertence à pátria, à ciência, à arte, e que, se quase sempre é uma dedicação obscura, é às vezes uma projeção imortal. A glória não é senão o domínio que o espírito humano adquire de cada parcela ou inspiração que se lhe incorpora, e os centenários são as grandes renovações simbólicas dessa posse perpétua."

Joaquim Nabuco — Discurso pronunciado em 10 de junho de 1880, na solenidade do terceiro centenário de Luis de Camões).

Natural da cidade do Rio de Janeiro, o prof. Dr. Francisco Pinheiro Guimarães nasceu no dia 23 de dezembro de 1871, às 9 horas e 30 minutos da manhã, na hoje desaparecida Rua de São Pedro, sendo o filho primogênito do General Dr. Francisco Pinheiro Guimarães e D. Adelaide Fontes Pinheiro Guimarães.

Após completar cinco anos de idade, perdia o seu ilustre pai e, com os quatro irmãos menores, entrava, de súbito, na orfandade. As dificuldades de uma pobreza honrada levaram-no a frequentar escola pública ao iniciar o aprendizado das primeiras letras. A necessidade de adquirir maiores conhecimentos, a fim de ingressar no curso secundário, obrigou a matrícula em estabelecimento de ensino onde pudesse acrescer preparo suficiente. Foi encaminhado ao Colégio Groebel, de boa reputação, sob a competente direção do acatado prof. Hemetério dos Santos, catedrático do Colégio Militar e da Escola Normal do Rio de Janeiro. Ai aperfeiçoou os estudos preliminares, quando recebeu, também, lições de Vital Brasil, o qual se tornaria, no futuro, uma glória da medicina indígena.

Em 5 de maio de 1886, obtinha o ambicionado objetivo de ser aluno gratuito do Internato do Colégio Pedro II. Submeteu-se, de uma só vez, ao rigoroso exame de admissão e de todas as matérias ao 1.º e 2.º anos. A situação financeira, com que lutava, quase impedia a perseverança no esforço empreendido. Os resultados brilhantes, nas provas exibidas, asseguraram o êxito alcançado. Um episódio merece referência especial:

aprovado nos exames, que prestou, o menino mal egresso de uma escola pública tinha a seu favor a gratuidade concedida aos órfãos. Pleiteada e conseguida, surgiu obstáculo insuperável. Para a matrícula efetiva, era imprescindível o primeiro enxoval. A falta de recursos dos responsáveis sanou-a a intervenção oficial do Ministro do Império, em aviso reservado ao diretor do estabelecimento. Coisas da vida. Decorrido o tempo, o órfão amparado pelo Estado viria exercer, na República, a cátedra de Literatura de que fora ocupante, no antigo regime, o titular da pasta do Império, o Sr. Barão de Loreto, que concorrera decisivamente para a sua entrada no vetusto e acolhedor casarão de ensino.

Nos dias 1.º, 3 e 6 de dezembro de 1890, enfrentava galhardamente os exames da 6.ª série ginasial, merecendo distinção em todas as disciplinas e logo dois meses depois, a 16 de fevereiro do ano imediato, através de exame vago, terminava a 7.ª série, com semelhante galardão. Encerrava-se, assim, o ciclo de aluno laureado e, aos 25 de abril de 1891, recebia das mãos do inspetor-geral da Instrução Primária e Secundária da capital federal, o Sr. Barão de Ramiz Galvão, na presença do Reitor do Internato do Colégio Pedro II, o Bel. Luís Candido Paranhos de Macedo, o diploma de bacharel em Ciências e Letras, colando o respectivo grau, nos termos do Aviso do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos datado de 7 de novembro de 1890. A justa fama, que granjeara entre os colegas, no ginásio do velho Imperador, foi bem retratada pela pena leal do Dr. Júlio Zamith, coevo detentor do mesmo título humanístico, que assim se externou: "Quando eu fui matriculado, em 1888, no Internato do Pedro II, Francisco Pinheiro Guimarães ali cursava o 4.º ano. De 89 em diante fomos companheiros de divisão. A fama do seu talento enchia o colégio. Dê-se orgulhavam os professores. Quando o Imperador visitava o educandário — a menina dos seus olhos — era ele quem mais brilhava quando seguido por Sua Majestade. Discipulo dileto de Fausto Barreto, que entrou em licença em 92, foi Pinheiro, bacharel de 91, indicado pelo excelso mestre para substituí-lo na cadeira de Português. Foi, assim, meu professor no último ano dessa disciplina. E que professor!"

Nesse mesmo ano de 1891, destarte subia da carteira de aluno ao estrado do mestre sem solução de continuidade. Distinguido pelos seus antigos professores, com a indicação para reger turmas suplementares de Português e Latim em seguida era nomeado catedrático interino de Português no ano de 1892. Em 29 de fevereiro de 1894, assumia, em caráter definitivo, a mesma cátedra. Justifi-

cava-se, a curto prazo, o vaticínio dos que lhe ministraram a instrução básica. Mais tarde, em 31 de agosto de 1903, transferia-se para a cadeira de Literatura, na qual permaneceu até 23 de dezembro de 1939, ao ser atingido por medida compulsória de acordo com a legislação em vigor. Nunca mais se desataram os laços que ligaram Pinheiro Guimarães ao tradicional colégio. Nele recebeu, em sua próprias palavras, "o pão do corpo e do espírito", e sentiu crescer-lhe, dia a dia, a gratidão pelo abrigo generoso que desfrutou. Quando ferido irremediavelmente o coração de esposo, viu desmoronar, pela morte, o lar que tão prematuramente edificara, distribuiu, entre amigos íntimos, recordações da casa que lembrassem horas idas de felicidade. Reservou, ao Internato, o seu melhor tesouro: a biblioteca literária e a coleção de clássicos da língua que possuía, com o mobiliário do gabinete de trabalho. E, respondendo à autoridade administrativa que acusava o recebimento, assinalou, satisfeito, "constituir uma restituição mínima de quanto, em excesso, recebi. E nesta intenção a fiz". Não admira, pois, que, obrigado pela violência, a decidir entre as duas posições atingidas no magistério oficial, optasse, cheio de devoção, pelo Colégio Pedro II. "Sou filho do Internato, a ele tudo devo", repetiu com orgulho. E não amava menos a Faculdade de Medicina, onde manteve a tradição paterna, transmitindo o legado a seus filhos. O amor e o entusiasmo pela instituição nunca arrefeceram e a 25 de março de 1938, e pela última vez, ecoou a sua voz naquelas paredes, que por mais de meio século lhe refletiam o som. Comemorava-se o 1.º Centenário do Colégio Pedro II. Pinheiro Guimarães era o decano do corpo docente.

A Congregação confiou-lhe a lição inaugural. Inventariou o ensino secundário, no Brasil, durante 100 anos, servindo-se da história do estabelecimento-padrão. Discorreu sobre a finalidade dos estudos humanísticos e criticou os objetivos anacrônicos das diversas reformas da instrução pública. Ao perorar, sob aplausos e na presença do Ministro da Educação, assim terminou: "A 4 de dezembro de 1937, entre contemporâneos (poucos), modernos — incorporei-me ao desfile de ginasistas e ex-ginasistas que a gratidão e o respeito impeliram das bandas do mar ao coração da cidade. A chuva, em fios, irreverente, não dispersou os fiéis. A alegria generalizada suprimiu idades, hierarquias, incompatibilidades. O entusiasmo aqueceu. Era uma grande família que se dirigia a passo firme e ritmado para o instituto situado no local em que Bernardino Pereira de Vasconcelos plantou a árvore da ciência e do bem, deixando, no trânsito, pelas avenidas, ao povo apinhado, um exemplo e um

convite. Eis o convite: vinde conosco a um templo onde a cultura literária, científica, artística e cívica tem altar — o Colégio Pedro II.”

As tendências filológicas, o gosto literário e as inclinações para o jornalismo desabrocharam em fase incipiente da revelação intelectual de Pinheiro Guimarães. Aos 14 anos, começou a auxiliar colegas menos habilitados no estudo da língua portuguesa. O laurel com que o agraciara o prof. Fausto Barreto — “de discípulo bem-amado” — recomendando-o aos mais atrasados como explicador, redundou no estímulo benfazejo de uma carreira prestes a principiar. A sedução pela literatura acentuou impulsos naturais.

Em competição aberta na imprensa do Rio de Janeiro, teve a alegria de lograr um conto premiado. Era, apenas, aluno do 5.º ano ginasial e já ensaiava altos vãos. A leitura dos periódicos nacionais exercia forte impressão no ânimo do colegial. Jactava-se, entre os companheiros, de conhecer as melhores penas do jornalismo militante. Amealhando o fruto de explicações particulares, assinava duas folhas de sua predileção. Ditosa era em que alunos reclusos de um liceu denotavam curiosidade de espírito assaz divorciada dos jogos atléticos das simpatias atuais. Não escapou o jovem estudante ao infalível pecado da juventude, fundando dois pequenos jornais. O douto professor João Marinho, catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tempos passados, aludiu a um deles em reunião do Rotary Clube do Rio de Janeiro: “A pedra de toque da literatura foi sempre a de refletir com sinceridade a sua época. Pela em que se perdem agora as minhas saudades, a fulgurante inteligência de Francisco Pinheiro Guimarães (nem era bacharel), nem doutor, mas já o jornalista promissor, que, escrevendo, mais tarde, sem assinatura, do corpo redacional do *Jornal do Comércio*, apreciação acerca da instrução pública, levou o Dr. José Carlos Rodrigues a declarar logo em primeira vária não pertencerem os admirados artigos nem ao Dr. Epitácio Pessoa nem ao Dr. Tobias Monteiro, médico do Barão do Rio Branco, professor de rara eloquência, eminente colega nosso de ano do Colégio Pedro II fundava e só ele era toda uma folha colegial. O *Combate*, com seção bem significativa da juventude do redator em chefe.” O outro periódico estudantil era *A Opala*, símbolo do anelo próximo do curso a findar. Um fato vale registrar. O Barão de Tautphoeus, lente de grego, ao ler o exemplar do jornal, apanhado na mesa da classe, mandou procurar o redator principal. Que aluno se revelava com pendor invulgar no difícil mister? Não ficou

em simples louvores. Com a superioridade dos privilegiados da cultura, tomou uma assinatura e prometeu colaboração. Satisfez o compromisso assumido, sorrindo à publicação do artigo de sua lavra ao lado dos editoriais assinados pelo discípulo.

Passando a professor oficial, o exercício do magistério nunca lhe restringiu a atividade literária e jornalística. Apesar de participar, com frequência, das bancas examinadoras de Portugues, Física e Química da Instrução Pública e, ainda empossar-se, como titular, na cátedra de Portugues da Escola Normal Livre, colaborava, assiduamente, na imprensa diária. A série de artigos *Os Exames de Preparatórios*, que elaborou, evidencia a sua passagem marcante nessas comissões julgadoras. A princípio, militou em *A Democracia*, de Vicente de Sousa, e, posteriormente, fez parte das redações de *Jornal do Comércio*, *O País*, *Gazeta de Notícias*, *Tribuna*, *O Diário de Notícias*, *A Imprensa*, *O Tempo*. Com a autoridade de cátedra, que ocupava no Colégio Pedro II, agitou o debate ortográfico. Defendeu a simplificação, empenhando-se pelas tentativas de reformar. Publicou, em 1907, alentado volume — *O Ensino Público* — primeiro livro escrito, em nosso meio, em ortografia simplificada.

Transportando-se para o campo da medicina, fundou e dirigiu revista médica nos termos da simplificação proposta. Ao inspirar teses e monografias aos acadêmicos, fê-las imprimir no novo sistema de escrita. Pode ser considerado um precursor e um paladino das tendências reformistas em foco. As incertezas da legislação vigente não desmerecem os pontos básicos que sustentara.

As questões literárias trouxeram-no sempre alertado. A transferência para a cadeira de Literatura, em 1903, homologada por votação unânime da Congregação, confirmou designios. Acompanhava o movimento contemporâneo da literatura universal impondo-se a tarefa ingente de ajustá-lo às grandes correntes onde flutua o pensamento humano. Nas sondagens, experimentou, por vezes, desalentos que não lhe anuviaram, na larga visada, os rumos ainda imprecisos do idealismo em marcha. Um depoimento sincero é aqui transcrito para ilustrar o modo por que se desobrigava das novas responsabilidades contraiadas. O insigne professor João Batista de Melo e Sousa, catedrático de História do Colégio Pedro II e de Literatura do Instituto de Educação do Estado da Guanabara, no livro de sua autoria — *Estudante do Meu Tempo* — gravou as impressões despertadas na época em que foi aluno de Portugues e Literatura do mestre: “Quando me alcei ao 5.º ano do curso,

voltaria a ter como professor de Literatura o mesmo Dr. Francisco Pinheiro Guimarães que me ensinara Portugues na primeira série. As aulas eram encantadoras palestras; com a vênio do mestre, nós trazíamos sua cadeira para bem perto do semicírculo formado por nossas carteiras, e ali, em cordial e sereno convívio, na sala da frente, que era também o Gabinete de História Natural, fazíamos nossas viagens pelos domínios da ciência, da arte, da fantasia. Com Pinheiro Guimarães, percorremos as literaturas antigas. A simpatia irradiante do mestre, a vivacidade de sua inteligência, a inesgotável riqueza de sua cultura — tudo contribuía para a sedução que exerceu sobre nós. *Quantum mutatus ab illo!* pensava eu, lembrando-me do medo que dele tive, quando, simples garotinho primeirista, via no mesmo um homem um professor severíssimo. Desde os vedas indianos, o Maabarata e o Ramayana, percorrendo a Antiguidade Clássica, Homero, Horácio, Virgílio a *Civitas Dei* até Dante, Erasmo, a Renascença, Shakespeare, Milton, o teatro clássico francês, o romantismo — tudo devassamos em sua amável companhia, com a curiosidade do adolescente a quem um guia de talento mostra com prazer todo o maravilhoso panorama de cultura humana. Cada aula sua era uma sessão literária.”

Não menos marcante, foi a imagem viva com que vincou, por igual, a memória de bacharéis em Ciências e Letras laureados pela outra seção do educandário-padrão. Coube, a Pinheiro Guimarães, durante certo período, a regência cumulativa da cadeira de Literatura do Externato no então Ginásio Nacional, posteriormente ocupado por Coelho Neto. De como se houve sempre, a reminiscência evocada pelo judicioso professor Maurício Joppert da Silva, catedrático da outrora Escola Politécnica, em artigo vindo a lume no *JORNAL DO BRASIL*, de 25 de janeiro de 1953, sob o título *O Ninho Antigo*, assim registra o evento, reportando-se à posição de aluno do ano letivo de 1908: “Finalmente, no sexto ano, a matéria nova era Literatura lecionada pelo professor Pinheiro Guimarães, camoniano entusiasta, tornando mais compreensível à mocidade o gosto que Fausto Barreto despertara pela obra do grande épico e lírico lusitano.”

Os discursos e conferências, que proferiu, os artigos de doutrina, que escreveu, os ensaios, os contos, as polémicas, que travou, enfim as produções de vários gêneros deram motivos amplos à tradução do estilo e do vigor mental. A oração pronunciada, na sessão solene do Clube Literário 30 de Setembro, que dedicara aos “Alunos do Colégio Pedro II”, impressionou vivamente, a ponto de colegas do cor-

po congregado mandarem imprimir por maior divulgação. Mais adiante, no tempo, igual ressonância alcançaria o discurso feito "à beira do túmulo" do professor Fausto Barreto, intérprete do sentimento de pesar dos discípulos, colegas e amigos do eminente educador. As palavras ditas, na ocasião, repassadas de forte emoção, consistiram no adeus do Colégio Pedro II, e, também, foram reunidas, em pequeno volume, sobre a vida e a operosidade do mestre desaparecido, pela admiração e gratidão dos seus alunos e familiares. A crítica literária das obras de Júlio Diniz, do romance de Inglês de Sousa — **O Missionário** — que surgira no cenário da literatura nacional prestigiado pelo renome do autor, e da copiosa coletânea de Coelho Neto, são passagens que recomendam o cultor das belas-lettras. O parecer em que se externou sobre os méritos de Coelho Neto mereceu a aprovação unânime da Congregação do Colégio Pedro II, subscrito, entre outros, por Silvio Romero, João Ribeiro, Silva Ramos, que lhe endossaram os conceitos. Nunca se deteve o beletrista em compartimentos estanques dos domínios literários. Foi crítico de teatro e operoso. **O Jornal do Comércio**, a **Gazeta de Notícias**, **O País** estamparam inúmeras apreciações relativas a peças e representações de dramaturgos e comediógrafos. Não raro, substituiu abalizado cronista teatral do mais velho órgão de nossa imprensa. Extraordinário eco logrou o trabalho intitulado **O Teatro Nacional**.

Enquanto assistia no estágio das humanidades clássicas, anuiu à distinção de prefaciador o compêndio de Temístocles Sávio, professor de Geografia do Colégio Militar do Rio de Janeiro, que introduzia recentes métodos pedagógicos na sistemática da matéria. A opulenta apresentação, que redigiu, sob a epígrafe **O Estudo da Geografia**, foi motivo de comentários entusiásticos e o seu nome proposto e aceito para integrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Mas, a culminância literária era atingida com o aparecimento dos três volumes que deu a lume, posteriormente, sobre a polimorfa e atraente personalidade do General Dr. Pinheiro Guimarães, seu augusto pai. Trabalho de fôlego e de fundo, estresido em condições ímpares. Com maior autoridade, pronunciou-se o Conde de Afonso Celso: "Cabe ainda ao trabalho em apreço o título de tríptico, pois traça na mesma ampla tela, triplicemente repartida com apurado desenho e vivo colorido, o painel da vida brasileira, durante os 20 anos de múltipla atuação do herói. Se o escrito do Dr. Pinheiro Guimarães se pode comparar ao de Joaquim Nabuco, a vários aspectos, quais o da piedade

filial e da beleza do estilo, difere dele e, porventura, sobrepuja em outros."

A propensão ao jornalismo, precocemente despertada, criara profundas raízes. Pinheiro Guimarães demorou-se dilatado prazo na imprensa diária. A feição do próprio temperamento casava-se bem às emoções da labuta. Discreteou acerca de temas variados como o exige a índole de profissão. Foi a quadra em que terçou armas com as penas mais fulgurantes. Das lides acontecidas, é interessante relembrar notável campanha que agitou os meios religiosos de nossa antiga capital. Tratava-se da doação do patrimônio da Associação de São Vicente de Paulo às Irmãs de Caridade. O prélio apaixonou os contendores. Carlos de Laet figurava entre os antagonistas, reduzindo, ulteriormente, os seus artigos a volume com o subtítulo **Polêmicas**. Referindo-se, um dia, à refrega, arrematou: "O meu adversário era dos grandes polemistas que tenho conhecido." Na peleja, mostrava-se árdego. Quando da estréia entre os novos, a sua geração não teve recepção festiva absoluta. Caráter combativo, discutiu as restrições levantadas à falange. No arastão, colheu-o João Ribeiro. A troca de diatribes impressionara mais aos leitores do que os competidores. Porém João Ribeiro não esqueceu alguns pormenores que recordou ao cel. Alexandre Barreto, comandante do Colégio Militar, sem mágoa, defendendo-se de acusações de José Veríssimo, deixou transbordar o ímpeto. A Quintino Bocaiuva, que o considerava, não passou despercebido o lance forte. Ferindo o tópico, advertiu a Pinheiro Guimarães, e com a habitual suavidade:

"Sabe a admiração que lhe voto, fui secretário da redação de **O Globo**, de seu pai e muitas polémicas tenho sustentado; de nenhuma, entretanto, sei sem que não pudesse apertar a mão do adversário"... O apreço de Quintino Bocaiuva por Pinheiro Guimarães, ele o concretizou em documento raro; ofereceu-lhe o exemplar restante do **Manifesto Republicano de 70**, que redigira, autenticado com dedicação do próprio punho. Uma porfia política de reconhecimento de poderes, na Câmara Federal, colocou, frente a frente, Alcindo Guanabara e Pinheiro Guimarães. A contestação do parecer adrede enrodilhado, que escondia a verdade eleitoral, revelou a insegurança do pretexto para esbulhar o candidato preferido nas urnas. O diplomado encarregara o contendor de Alcindo de preparar e dirigir a informação de libelo. Havido o encontro, Panglos aduziu comentário adequado: "a minha causa era difícil para levar a melhor"... O problema da sobrevivência do Instituto Vacínico

Municipal ateou exagerada animosidade entre defensores e opositores. O Governo federal inclinava-se a assimilar a antiga organização que se mantinha sob a responsabilidade direta do Sr. Barão de Pedro Afonso, professor jubilado da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ante a iminência da extinção preconizada, acode Pinheiro Guimarães, pela imprensa, ao apelo endereçado, e, da sua argumentação vitoriosa, fluíram as razões do erro em perspectiva. Com o título **O Instituto Vacínico Municipal** advogou, nas colunas editoriais do **Jornal do Comércio** e de **A Tribuna** a sorte favorável à manutenção do estabelecimento tão útil à população no preparo e distribuição gratuita da vacina antivariólica. Uma campanha inconcebível de despeito e partidário malsinava a Missão Paula Ramos, no exterior, em propaganda eficiente e zelosa dos interesses nacionais. A calúnia e o descredito ameaçavam solapar o triunfo da empresa. As garantias oficiais davam sinais evidentes de tibieza diante do alarido espalhado nos jornais. A legitimidade da intenção atraiu as simpatias de Pinheiro Guimarães. A galhardia com que saltou a campo mudou, por completo, os juízos temerários. Sob a designação de "Embaixada de Ouro", em artigos saídos no venerando órgão do periodismo carioca, desfêz os embustes e as intrigas. O chefe da delegação nunca esqueceu os benefícios da ação enaltecedora que advieram ao plano traçado de que seriamente se encarregara.

A vocação inata para o jornalismo, que tão cedo entremostrara, ganhava progressiva notoriedade. Certa vez, é informado, por Xavier da Silveira, das intenções do Dr. José Carlos Rodrigues de colocá-lo na posição principal do corpo de redatores da folha de sua propriedade. É interessante sublinhar o desejo incontido de integrá-lo, definitivamente, na falange dos jornalistas profissionais. O erudito acadêmico Rodrigo Otávio Filho, em aplaudida conferência, na Academia Brasileira de Letras, a propósito do registro centenário da vida e da obra de Inglês de Sousa, alude a uma passagem digna de nota. O diretor do **Jornal do Comércio** externara a vontade de encerrar a sua longa permanência no âmbito da imprensa e oferecer, ao romancista e escritor, cuja personalidade analisava, a primazia da sucessão. A resposta ficaria condicionada à aceitação, por Pinheiro Guimarães, de assumir a chefia da redação. Tais designios não se cumpriram, prolongando-se, por mais tempo, a vigência anterior do grande matutino.

Depois de assegurar situação bem compatível com a posição desfrutada no magistério secundário, época em que desempenhou os cargos de dire-

tor das Escolas Municipais Suburbanas e de subsecretário da Instrução Pública Municipal, Pinheiro Guimarães voltou à Faculdade de Medicina da qual se apartara pela impossibilidade material de conciliar afazeres divergentes e tangido por cruciante dor moral. Na sequência do curso e durante o período do acadêmico jamais perdeu o contato dos prelos. Os estudos de biologia ajudaram a dilucidar melhor os problemas da instrução pública, mira de suas cogitações. Os aspectos esmerilhados da educação nacional ganharam em penetração, entrevistados pelo pedagogo, pelo médico e pelo chefe de família. A convocação para ventilar temas de ensino através das colunas do **Jornal do Comércio**, deu azo à mais completa discussão dos assuntos versados com uma repercussão nunca vista. O êxito memorável da campanha agitada construiu a ponte de acesso ao magistério superior. Com a Lei Orgânica do Ensino, em 1911, ingressa no corpo docente da Faculdade de Medicina. As idéias pregadas e os princípios, que advogara, receberam a sanção oficial. Para melhores esclarecimentos, escreveu dois comentários extensos, de franca aceitação, condensando as explicações indispensáveis à perfeita obediência do decreto promulgado: **O Conselho Superior do Ensino e Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental**. E a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo conferia-lhe a láurea excepcional de Professor Honorário.

A vida afanosa de clínico, a responsabilidade imediata da cátedra, aos poucos, desviaram a primitiva diretriz. Rasgavam-se outros horizontes. Não se improvisou Pinheiro Guimarães no ensino superior. Conhecia-lhe, de perto, os segredos. O parecer que teve a oportunidade de exarar sobre o plano de criação da Universidade do Rio de Janeiro, de autoria do abalizado Professor Azevedo Sodré, data de 1903. Era o pronunciamento da Congregação do Colégio Pedro II, ouvida como a de outros institutos oficiais a respeito. Foi alvo dos mais sinceros elogios. O projecto professor Fortunato Duarte após-lhe logo a assinatura. De "luminoso e mirífico" saudou-o o patrono da iniciativa. Os prestigiosos Deputados Federais Gastão da Cunha e Sátiro Dias não pouparam encômios da tribuna parlamentar. Não lhe eram, portanto, estranhos, os métodos e os sistemas do último ciclo do ensino. E deu sobejas provas. Escolhido pelo Ministro Rivadávia Correia para restabelecer a patologia geral no curso médico, subiu o degrau magistral confiante no julgamento da mocidade. De como se houve na incumbência outorgada, encarregou-se de proclamá-lo o sapiente professor Maurício de Medeiros que, aos predi-

cados docentes, soma o de ter sido companheiro do mestre e testemunha do seu labor, definindo um período que durou quase 30 anos de perseverança no dever didático: "Se, quando Benício de Abreu assumiu a sua regência foi possível a Torres Homem dizer que, nesta Faculdade, a patologia geral era um livro de ouro com quatro páginas — Félix Martins, Dias da Cruz, João Silva e Benício de Abreu — eu poderia hoje afirmar que o livro continuou sem desdouro, e que a última das páginas aí postas, aquela que se está vivendo — Pinheiro Guimarães — fulge com o brilho todo especial de ser aquela que, posta ao tempo das grandes realizações do ensino médico, soube inscrever palavras novas, rumo novo, vida nova."

A lição inaugural em que delineou a programação do curso deixou patente a cultura médica do novel professor. Tão depressa empolgava os discentes que, sem delonga, lhe renderam o preito da admiração. Deferido o pedido pela Congregação da Faculdade, instituíram a Sala Pinheiro Guimarães, guarnecendo a parede com a efigie do mestre. Incluído na primeira linha dos profissionais da Medicina, foi Pinheiro Guimarães designado para médico-adjunto da Santa Casa de Misericórdia e distinguido, quase simultaneamente, para subdiretor-médico da Cia. de Seguros A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil e médico da Cia. Predial e Saneamento do Rio de Janeiro.

A atividade laboriosa e fatigante que o socorro constante aos doentes sempre suscitava, forçava um desvelo consciente das responsabilidades contraidas. A todos que recorriam, indistintamente, aos seus cuidados diligentes jamais negou o atendimento procurado. O modo de agir, lano e cortês, cativava as simpatias de humildes e favorecidos da fortuna. Nunca estabeleceu hierarquias ou privilégios entre os que solicitavam o bom acolhimento. Dedicava-se, sem seleções odiosas, prodigalizando os recursos da ciência e os benefícios da afetividade. Talvez o segredo do amplo êxito, que obtinha, estivesse no modo carinhoso e reto de servir aos enfermos e corresponder às esperanças fundadas das famílias que apelavam confiantes para a fama granjeada. Fez da Medicina a mais nobre missão que deve desempenhar o verdadeiro cultor da arte sublime em que se inscrevem a abnegação e a renúncia. Frequentaram o seu consultório e foram visitados nos chamados a domicílio vultos de projeção dos diversos núcleos da comunidade: comércio, indústria, magistério, classes armadas, profissões liberais, política, economia e finanças, letras e imprensa, justiça, diplomacia e até congregações religiosas. De tantos nomes, releva notar: Barão do Rio Branco, Marquês

de Paranaguá, Visconde de Ouro Preto, Manuel Vitorino, Conselheiro João Alfredo, Barão de Paraná, Rivadávia Correia, Francisco Sales, Antônio Gonçalves Ferreira, Érico Coelho, Nilo Peçanha, Conde de Afonso Celso, Nereu Ramos, Quintino Bocaiuva, Bezerra de Menezes, Pires do Rio, Vitorino Paula Ramos, Custódio Coelho, Felipe Schmidt, Efigênio de Sales, Jorge Street, Tavares de Lira, João Borges, Emílio Simon, Soriano de Sousa, Almeida Rêgo, Burle de Figueiredo, Melo Matos, Francisco Alves, Manuel Leão, Alfredo Valadão, Conselheiro Barros Barreto, Raul Soares, Afrânio de Melo Franco, Flores da Cunha, Visc. da Cruz Alta, General Tasso Fragoso, Almirante Barros Cobra, Joaquim de Sales, A. Valdetaro, Max Fleus, Hans Heilborn, Honório Gurgel, Inglês de Sousa, Medeiros e Albuquerque, Euclides da Cunha, Custódio de Almeida Magalhães, General Joaquim Inácio, Cônego Valois de Castro, Gastão da Cunha, Alberto Maranhão, Leônidas de Resende, Comandante Durão Coelho, Rev. José Maria Natuzzi (SJ), as Irmãs de Caridade (São Vicente de Paula).

Não cogitava de vantagens pecuniárias; o seu lema era acudir ao sofrimento humano quando se tornasse imperioso. Para frisar o comportamento exemplar com que se havia sempre, basta citar a correção que transporeceu nas várias eventualidades. Na assistência assídua, durante 11 anos, ininterruptos, ao Barão do Rio Branco, sobressaiu, inconfundível, a lealdade absoluta aos princípios da ética. O depoimento sereno do sincero Embaixador Moniz de Aragão, que então integrava o Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, narra, com fidelidade, os episódios culminantes de **Como Morreu o Barão do Rio Branco**. Depois de salientar como prevaleceram as opiniões do professor Pinheiro Guimarães, até o desfecho final, resalta a resposta dada ao Governo da República, por intermédio do Dr. Enéas Martins, assim acentuando: "Lembro-me da réplica imediata e incisiva do médico do Barão: 'Em vida do Barão do Rio Branco, desconselhei sempre quando me falava em remuneração de serviços; não será agora que eu cogite disto, da parte da nação, como eu, envolta no mesmo luto.' Da família do glorioso Chanceler, recebia, mais tarde, através de carta firmada pelo Sr. Barão de Werther, genro do inolvidável estadista, os protestos deferentes da gratidão e do reconhecimento."

A medida que cria o serviço clínico, nunca se descuidava no desempenho das funções de professor de Medicina. Considerou sempre o ensino da disciplina, a seu cargo, situado entre o laboratório e o hospital. Com a mudança da escola, para sede condigna, outras possibilidades, e mais vantagens, favoreceram a ação encetada.

Pleiteou e conseguiu dotações orçamentárias a fim de prover às instalações projetadas. Trabalhou com afinco para concretizar as esperanças alimentadas. Ao criar e organizar o ensino experimental da patologia geral, instalou um laboratório modelar que deu lustre à Faculdade e teve intensa repercussão em nosso meio e nos centros estrangeiros. Para a pesquisa, foi buscar, nas clínicas, a riqueza de um material extraviado. A eficiência e a orientação, que imprimiu ao estudo da cadeira, podem ser resumidas da seguinte forma: "Adepto do credo de Bouchard, remodelou o ensino da patologia geral, repusando-o simultaneamente, nos dados da observação clínica e nos resultados da experiência. Aplicou a fórmula lapidar do grande reformador da disciplina: a patologia geral deve ter uma porta aberta para o laboratório e outra para o hospital; em lugar de discorrer sobre a essência das coisas, deve realizar a síntese dos fatos."

Inspirava teses, memórias e artigos aos seus discípulos que se espalham pelo Brasil, levando a semente da medicina experimental. Fundou uma revista — *A Patologia Geral* — consagrada à difusão da Medicina científica, em cujas colunas os neófitos ombreariam com os nomes laureados. E, numa ânsia de progresso, e coerente, adotava a ortografia simplificada na impressão dos trabalhos. Preparou um formulário completo de laboratório e publicou lições e livros onde se encontra cristalizada uma operosidade incansável. Não há exagero em afirmar que os alunos criaram, em suas aulas, a primeira palavra sobre as noções básicas, fossem elas de recentíssimo conhecimento. Sob suas vistas, no laboratório apetrechado com o maior rigor técnico, exercitaram-se centenas de moços na prática das mais difíceis e delicadas experiências. Conjugando um ensino teórico moderníssimo a um curso prático desvelado, não se esqueceu Pinheiro Guimarães de dedicar uma parte do programa ao estudo da história da Medicina. Fê-lo na fase em que à Patologia geral fora dada a feição sintética que lhe é particular. Durou tal período mais ou menos 10 anos. Posteriormente, quando a orientação dos reformadores preferiu dar-lhe o caráter de introdução ao estudo da Medicina ou da gramática da Medicina, como lhe chamou Michéleau, ao de filosofia de Medicina, os discentes perderam a oportunidade de conhecer a importância de uma visão retrospectiva da sua futura profissão. Da colméia laboriosa, alaram-se, em direção ao magistério superior, auxiliares diletos: Mauricio de Medeiros, Mário Magalhães, Amadeu Fialho, Hildebrando Portugal, Jorge Bandeira de Melo, Eduardo Mac-Clure e Luís Pinheiro Guimarães.

As visitas desvanecedoras de notáveis individualidades científicas sucediam-se amiúde. Entre muitas, citam-se as presenças dos professores alienígenas P. Nolf, F. Krause, Fuchs, Munk, Henri Roger, Marcel Labbé, Pasteur Valléry Radot, G. Abrami, Charles Achard, E. Sergent, E. Gley A. Chaufer, Lemaitre Miajima, B. C. Crowell, B. Houssay, os quais emitiram fundamentadas razões, comparando a oficina planejada e executada a um verdadeiro instituto.

Com farta contribuição, Pinheiro Guimarães enriqueceu a bibliografia médica nacional. A tese inaugural *Da Hipertermia* (Semiogênese e Semiótica) alcançou invulgar notoriedade. João Paulo de Carvalho e Pedro de Almeida Magalhães, afamados professores titulares da Faculdade de Medicina, assinalaram o aparecimento sob insuspeitos encômios. O brilhante jornalista e polígrafo Medeiros e Albuquerque não sofreu impulsos naturais de cultor da filosofia biológica ao dedicar-lhe comentado registro. Desde então consagrou-se à faina profissional. Entre a clínica e o magistério, dividia a capacidade de trabalho. As seções do *Brasil-Médico* recolheram as primícias da observação dos doentes e dos estudos de doutrina. *Dois Novos Elementos da Medicação Anti-Hidrópica*; *Novos Antitérmicos*: *Aristoquina*, *Basicina*, *Criogenina* e *Pirâmido*; *Vista Geral da Terapêutica Hontina* são artigos que traduzem propensões culturais e completam tendências denunciadas na tese de doutoramento. Patologia e Terapêuticas Gerais é o título da disciplina do currículo do modelo francês de aprendizado médico. No *Formulário do Brasil-Médico*, inseriu, ainda, dois capítulos: *Tabes Dorsualis* e *Eclerose em Placas*. Para a *Potogenia* e *Terapêutica dos Edemas* voltou as vistas, publicando valiosa monografia que o sábio professor Miguel Couto referia sempre em suas lições, acerca do mal de Bright, recordando trechos e conclusões que perfilhava. O acesso à cátedra ficou anotado na aula em que restabeleceu o ensino da matéria: *A Patologia Geral da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, título com que foi divulgada e que marca o começo da grande e nobre cruzada. Em 1916, funda revista para maior difusão das atividades didáticas e dos trabalhos experimentais e de pesquisa efetuados sob a sua orientação.

Durante 25 anos, dirigiu *A Patologia Geral* de que foi o principal redator. Era o repositório da sementeira plantada da qual se tornara o mais pródigo semeador. Da messe, vale apontar, apenas, a variedade da gama: *A Píocultura*; *A Reação de Calmette*, *Massol e Breton*, no *Diagnóstico da Tuberculose*, e os *Motivos do Seu Desfavor*; *Consaguinidade e Surdo-Mudez*; *A Diateses*; *Patogenia da Ictericia*; *A Reação de Fahraeus*; *Técni-*

ca das Reações de Wassermann e de Abderhalden; *Processos de Coloração Sanguinea*; *Meios de Cultura*. Na série de artigos, longos e documentados, sob a legenda *O Soma e a Psique*, a *Idade e o Sexo*, *Atrasados e Precoces*, em *Face da Endocrinologia*, debateu os mais atualizados problemas da patologia constitucional, o papel do terreno, o condicionalismo mórbido, a medicina psicossomática, a biotipologia. A produção era intensa e podia repartir. Ao *Laboratório Clínico*, sob a competência de Carlos Silva Araújo, estimado discípulo, ofereceu duas contribuições: uma, de utilidade prática — *Reconhecimento da Infestação Vermínosa pela Análise da Urina* — e outra, de feição doutrinária — *A Inexpressão da Aluminúria*. O *Brasil-Médico* fez-se lembrar: *A Angina do Peito e o Seu Prognóstico* abriu margem a questões de patologia de clínica e de semiótica. Na revista *Universidade*, discorreu acerca das *Auto-Intoxicações*. E, infatigável animador da mocidade estudiosa, traçou, a pedido, o artigo de fundo para o lançamento de *A Esmeralda*. O sagaz professor Bruno Lôbo, lente catedrático de Microbiologia da Faculdade, que bem conhecia o estilo, ao ler, comunicou-lhe o entusiasmo despertado. O livro concernente a *Hereditariedade Normal e Patológica* suscitou inequívocas demonstrações de apreço. Em editoriais, a imprensa médica e a leiga festejaram o retumbante aparecimento. São páginas, no consenso geral, de profunda meditação e apurado lastro científico e literário.

Houve folga para *Estudos Biográficos* nos quais debuxou, individualmente, as sábias figuras de L. Pasteur, Ch. Bouchard, E. Metchnikoff, J. Grasset, Déjérine, P. Courmont, Chauveau, Cardarelli, H. Noguchi, Guyon, Sicard, Vidal. As saudações, no idioma gaulês, a Henri Roger e a Marcel Labbé, ex-titulares de Patologia Geral da Faculdade de Medicina de Paris, quando recepcionados em sessão solene da Congregação, entre mostram uma penetração exata da medicina francesa. Exaltou excelsos servidores da ciência médica indígena.

A oração proferida ao inaugurar-se o busto do emérito professor Pais Lima, na galeria da Faculdade de Medicina, deixou funda impressão. Disse e sublinhou o labor prestante e os requisitos culturais dos ilustres professores Azevedo Sodré, Miguel Couto, Rocha Faria, Juliano Moreira, A. Fontes, Abreu Fialho, Simões Correia, E. Crissiuma, Nascimento Bittencourt, H. L. Sousa Lopes, Alfredo de Andrade e Benjamim Batista. As páginas de saudade referentes ao Conde de Afonso Celso, antigo Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, e ao Senador Rivadávia Correia, ex-Ministro da Justiça e Negócios Interiores e autor da

Lei Orgânica do Ensino, são de feliz inspiração e adequada concisão de conceitos.

Com a Oração de Paraninfo em 1937, discursou, pela derradeira ocasião, aos estudantes de Medicina. Uma medida restritiva cancelava definitivamente a sua vida na Faculdade à qual dera "todo o seu gênio e todo o seu coração." Mais tarde, a reparação: eleito professor emérito e destacado o papel saliente na grande reorganização do ensino em 1911.

Não tinha, Pinheiro Guimarães, feição acadêmico e escusava-se, sempre, à gentileza dos reiterados convites de participar de agremiações científicas e literárias. Declinou, com a maior deferência, do gesto generoso de distintos colegas, discípulos e amigos, para pertencer aos quadros da Academia Nacional de Medicina, da Sociedade de Medicina e Cirurgia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia, da Academia Brasileira de Letras. Algumas delas elegeram-no sem consulta prévia mas, de outras, pôde sustar, discretamente e sem melindrar, a iniciativa acolhedora.

A 8 de novembro de 1938, Pinheiro Guimarães sofria o maior revés; foi, numa voz amiga, "quando a tempestade do destino lhe arrebatou brutalmente a viga-mestra do soberbo edifício de sua existência afetiva!" Cesadas as cerimônias fúnebres que a sociedade reclama, retirou-se, desolado e inconsolável, para pequena propriedade que possuía nos arredores da Floresta da Tijuca. Ao desmanchar a casa onde residia, reservou, aos amigos fiéis, uma lembrança muito carinhosa que simbolizasse os tempos de felicidade conjugal por tantos anos usufruída. No refúgio livremente escolhido, entre evocações enternecidas de saudade, revia o passado sentindo aproximar-se o fim do fadário.

Nas vizinhanças, morava o Dr. Floriano de Lemos, valoroso facultativo, aliando à condição de clínico militante os forcs de brilhante jornalista.

Com especial deferência, acompanhou o exílio voluntário do colega, que sabia respeitar, e, ao chegar a hora extrema, dedicou-lhe a Crônica Científica que redigia habitualmente para o *Correio da Manhã*. São aqui resumidos alguns tópicos que denotam aspectos impressionantes de uma influência moral bem duradoura: "O Dr. Francisco Pinheiro Guimarães emprestou alto relevo às três cintilantes vocações com que nasceu. A primeira foi para professor. Deu aulas, ensinou à mocidade das escolas, toda a vida. Teve uma cátedra do Ginásio e outra na Faculdade. Em ambas, a sua palavra de mestre foi acolhida com respeito e admiração. Podia dizer-se ainda que no jornalismo, onde também professou com intenso brilho, durante largos anos, fez um discípulo de cada leitor. A segunda tendência do professor Pinheiro Guimarães dizia com a clínica. De fato, amava a Medicina extremamente. Mas queria-a pura, quase em doutrina, muito arredada dos interesses comerciais. Muito lhe custou fazer o curso oficial, na velha Faculdade da Rua da Misericórdia. Era pobre e sempre teve que cuidar de outras coisas para custeio dos estudos, e isso tanto mais quanto se viu chefe de família muito cedo. A sua tese de doutoramento marcou uma época: obra de um sábio, a serviço da melhor filosofia médica.

A terceira vocação de Pinheiro Guimarães impunha-lhe ser um homem de princípios. Por outras palavras: ter caráter. Nesse setor da sua personalidade, passou por original, por esquisitão (pudera!). Defendia suas convicções a todo transe, tanto numa aula de Português, como num artigo de jornal, ou num aspecto qualquer da sua vida pública ou particular. Não cultivava a hipocrisia, nem as meias tintas de certas conveniências. Quem o quisesse havia de tê-lo assim. O mesmo de sempre. Não agradava a ninguém, por simples cálculo. Era entretanto muito querido no meio em que vivia, pela bondade do seu coração. Nada pode dizer melhor do espírito do Professor

Pinheiro Guimarães do que contar-se que o único homem que o visitava constantemente, lá no Bom Retiro, após a sua viuvez, era o Padre Rochi, capelão do Sacré-Coeur. Pinheiro, como todos estavam fartos de saber, não era católico. Em matéria de religião, tinha idéias singulares, como em tudo o mais desta vida. Esses dois velhos, ambos grandes humanistas e de vastíssima cultura, entendiam-se maravilhosamente. A sala do sítio virava um Jardim de Aca-demus. Passavam eles hora a fio, nos domingos e dias feriados, sem mais ninguém naquela casa, a conversar. Filosofia do que há de melhor. Crítica sincera. Tocavam em tudo. Até mesmo nos mistérios de certas coisas e na odisséia de umas tantas almas...

No transcurso do seu triste desenlace, o Congresso Nacional, nas duas Casas do Parlamento, votou sentidas manifestações de pesar acompanhando a palavra autorizada de expressivos oradores. Idêntico procedimento teve a Câmara dos Vereadores que sugeriu, ao Governo municipal, sendo imediatamente sancionado, a denominação de Professor Francisco Pinheiro Guimarães a importante logradouro público.

Onze anos após a sua morte não arrefeceram o respeito e o credo que lhe votaram durante a existência. Fléis ao culto persistente à sua nobre personalidade e à inteireza moral do seu caráter ilibado, a amizade e a gratidão erigiram-lhe, na praça pública, o busto em bronze. Era o pronunciamento definitivo da posteridade sobre tão eminente vulto das letras e da medicina. Faleceu, no Rio de Janeiro, a 13 de julho de 1948, em modesto apartamento do edifício situado à Rua Marquesa de Santos, n.º 11, e foi sepultado no Cemitério de São João Batista, no mesmo túmulo da esposa querida, a meeira perfeita da sua longa vida. E deixava descendência numerosa: uma filha, seis filhos e 10 netos para a continuidade da família que tão dignamente constituíra.

ATO DO PRESIDENTE

O Presidente do Senado Federal, usando da atribuição que lhe confere o artigo 52, item 38, e na forma autorizada pelo artigo 97, inciso IV do Regimento Interno,

RESOLVE aposentar, por invalidez, nos termos dos artigos 101, item I e

102, item I, letra b, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 340, item III, § 1.º, 341, item III, 349 e 319, § 4.º da Resolução n.º 6, de 1960, e 1.º, da Resolução n.º 16, de 1963, com venci-

mentos integrais e gratificações a que faz jus, MARIA DO CARMO BRANDÃO CARDOSO, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Senado Federal, em 5 de maio de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente.

M E S A

Presidente:
Petrônio Fortella (ARENA — PI)

1.º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)

2.º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)

1.º-Secretário:
Ney Braga (ARENA — PR)

2.º-Secretário:
Clodomir Milet (ARENA — MA)

3.º-Secretário:
Guido Mordin (ARENA — RS)

4.º-Secretário:
Duarte Filho (ARENA — RN)

1.º-Suplente:
Renato Franco (ARENA — PA)

2.º-Suplente:
Benjamin Farah (MDB — GB)

3.º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA — SC)

4.º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA — AL)

**LIDERANÇA DO PARTIDO
E DA MAIORIA**

Líder:
Filinto Müller (ARENA — MT)

Vice-Líderes:
Ruy Santos (ARENA — BA)
Eurico Rezende (ARENA — ES)
Antônio Carlos (ARENA — SC)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
José Lindoso (ARENA — AM)
Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Osires Teixeira (ARENA — GO)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder:
Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:
Danton Jobim
Adalberto Sena

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Brito
Mattos Leão

**SUPLENTES
ARENA**

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Esteves
José Esteves
Benedito Ferreira

**SUPLENTES
ARENA**

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

José Lindoso
José Sarney
Emival Caiado
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho
Arnon de Mello

SUPLENTES**ARENA**

Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA**TITULARES**

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
Emival Caiado

SUPLENTES

Paulo Tôrres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tórres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guimard
Milton Trindade	
Domício Gondim	
Orlando Zancaner	

MDB

Benjamin Farah	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
José Augusto	

MDB

Danton Jobim	Adalberto Sena
--------------	----------------

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castello-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

MDB

Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castello-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

MDB

Adalberto Sena	Benjamin Farah
----------------	----------------

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Brito

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Paulo Tôrres

Alexandre Costa

José Lindoso

Orlando Zancaner

Virgílio Távora

Milton Trindade

José Guimard

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heitor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20